

Conselho Geral da CNIS sugere alterações ao Decreto-Lei fundador

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS
4400 Divisas - V.N. Gaia
TAXA PAGA
Autorizado pelos CTT a circular
em invólucro fechado de plástico.
Autorização DEO/415/20.400/4/DCN
Mensário da CNIS



Mensal | Outubro 2014 | Preço: 1 euro | 2.ª Série | N.º 186



Director Padre Lino Maia
Director-Adjunto Eleutério Alves

ENCONTRO NACIONAL

IPSS da Saúde querem acordos e não convenções

CASBI, LEIRIA

Nova creche custou meio milhão de euros



PROJETO HOMEM, BRAGA

Prevenir, tratar e reinserir dependentes



OSSCM, GUIMARÃES

Meio século a ensinar e a cuidar



ENGENHO, V.N. FAMALICÃO

A prenda dos 20 anos era Acordo de Cooperação



ACORDO DO GOVERNO, PATRÕES E UGT

Aumento de salário mínimo para 505 euros causa dificuldades às IPSS

Relatório de atividades de Setembro

No dia 5 de Setembro, em Fátima, decorreu o 1º Seminário do “Projecto Vidas – Valorização e Inovação em Demências”, que servirá de lançamento e planeamento das atividades, no âmbito das três vertentes do Projeto: Investigação, Formação e Arquitetura/Ambiente. É um projeto financiado no âmbito do POPH e conta com as parcerias da Direção Geral de Saúde, da Alzheimer Portugal, da CNIS, do Hospital do Mar e do Hospital Magalhães de Lemos. O “Projeto Vidas” visa identificar a população com demência que já se encontra a receber cuidados em apoio domiciliário ou lar, estabelecendo padrões de boas práticas com os recursos existentes, adequando o nível de cuidados a estas necessidades específicas. Este seminário servirá de lançamento e planeamento das atividades, no âmbito das três vertentes do Projeto: Investigação, Formação e Arquitetura/Ambiente.

No dia 6 de Setembro a Associação Teatro e Construção – ATC - promoveu o Fórum ATC 2014: um espaço de transmissão de conhecimentos, reflexão e planeamento. Na sessão de encerramento foram homenageados colaboradores da ATC e pessoas que se têm distinguido na vida da Instituição.

No dia 8 de Setembro, em Fátima, reuniu a Direção da CNIS. Entre outros assuntos, a Direção da CNIS agendou para 20 de Outubro o encerramento do FAS 3; Analisou a proposta de alteração do Decreto-Lei nº 119/83 e decidiu convocar um Conselho Geral Extraordinário para o dia 16 de Setembro sobre o tema; Apreciou preliminares do Seminário sobre a Saúde; Considerou desenvolvimentos sequenciais do Protocolo com a Associação Nacional dos Municípios; Decidiu alargar a formação sobre algumas áreas à Região Autónoma da Madeira; Estabeleceu parâmetros para a implementação do protocolo com a Fundação Alexandre Soares dos Santos; Face à previsível mudança de instalações e no sentido de reorganizar serviços, decidiu a contratação de uma técnica para coordenação; Ponderou uma candidatura na área da saúde; Ratificou as adendas aos contratos de duas prestadoras de serviços.

No dia 10 de Setembro, reuniu com a presença do Primeiro Ministro, o Conselho Nacional para a Economia Social. O Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, revelou que vai ser criado um fundo específico “Portugal Inovação Social”, para capacitar do ponto de vista das instituições, de novas ideias para conseguir encontrar novas respostas no sentido de responder a novos desafios mas também a velhos problemas” no valor de 150 milhões de euros. A CNIS esteve presente na pessoa do seu Presidente, Padre Lino Maia.

No dia 10 de Setembro, nas instalações

do LNEC, realizou-se mais uma reunião do Instituto do Território – Rede Portuguesa para o Desenvolvimento do Território que abordou questões relacionadas com a conferência de apresentação da Plataforma Social do Território (PST) e outras informações de carácter geral. A CNIS fez-se representar nesta reunião por José Casaleiro.

No dia 15 de Setembro, no espaço Atmosfera M, no Porto, realiza-se a cerimónia de apresentação dos projetos e de revelação do vencedor do Prémio Voluntariado Jovem.

No dia 15 de Setembro, no Porto, realizou-se a cerimónia de apresentação dos projetos e de revelação do vencedor do Prémio Voluntariado Jovem, tendo sido a Ciclofina dos Anjos a vencedora. A Ciclofina dos Anjos é uma organização de voluntários que duas vezes por semana ajudam utilizadores de bicicletas a repararem as suas próprias bicicletas, recorrendo para isso a peças doadas, seja por particulares, seja por outras lojas e oficinas.

No dia 15 de Setembro, na sala polivalente do IPQ, com a presença de Nuno Rodrigues, em representação da CNIS, realizou-se a 9ª reunião plenária da Comissão Técnica de Normalização ad hoc - Atividades de Enriquecimento Curricular e de Apoio à Família, e tendo sido analisadas as alterações ao prNP 4510 efetuadas pela DGE decorrentes da publicação do Despacho n.º 9265-B/2013.

No dia 16 de Setembro, em Fátima, decorreu uma reunião extraordinária do Conselho Geral da CNIS, com um Ponto único – Informação sobre a revisão do Decreto-lei nº 119/83 e tendo como finalidade a elaboração de um parecer sobre algumas matérias a enviar para o MESS, onde já se encontra uma versão preliminar do renovado Estatuto das IPSS. Entre outros, foram abordadas questões como: A destituição judicial dos titulares dos órgãos sociais; A gratuidade do mandato e a possibilidade e condições de remuneração de titulares dos órgãos sociais, por esse exercício;

A inelegibilidade para os órgãos sociais e impedimentos; O regime de invalidade das deliberações dos órgãos sociais, a aplicabilidade do Código dos Contratos Públicos aos contratos de empreitada relativos a obras de construção e grande reparação, bem como à alienação e arrendamento de imóveis pertencentes às IPSS; O estatuto dos associados que sejam trabalhadores da Instituição quanto à elegibilidade e às condições para o exercício de cargos nos órgãos sociais; A duração e limites de mandatos nos órgãos sociais.

O Presidente da CNIS alertou os presentes que as propostas ali consensualizadas poderiam não ser atendidas, pois a alteração do decreto-lei é da responsabilidade do

Governo: “Somos parceiros, somos ouvidos, mas nem sempre atendidos”.

No dia 16 de Setembro, por indicação do Senhor Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, foram nomeadas cinco personalidades de reconhecido mérito e experiência no setor da economia social para integrarem o Conselho Nacional para a Economia Social, nomeadamente, o Professor Alfredo Jorge Alves Gomes de Sá, o Professor Rui Manuel dos Santos Namorado, o Dr. António Tomás Correia, o Eng.º Licínio Manuel Prata Pina e a Dr.ª Filomena Maria Beirão Mortágua Salgado de Freitas Bordalo.

No dia 17 de Setembro, CNIS (representada pelo seu presidente e pelo presidente-adjunto) e União das Misericórdias foram recebidas pelo Senhor Primeiro Ministro que se fazia acompanhar pelos Ministros da Educação, da Saúde e da Solidariedade Emprego e Segurança Social para serem consensualizadas áreas a contemplar num protocolo conjunto do Estado com o Setor Solidário.

No dia 18 de Setembro, os representantes da CNIS (José Casaleiro e Filomena Bordalo) estiveram presente em mais uma reunião do Grupo de Trabalho designado pelo Despacho nº 13510/2011, que debateu, analisou e aprovou o documento sobre os Centros de atendimento, acompanhamento e animação para pessoas com deficiência.

No dia 18 de Setembro o Conselho de Ministros aprovou, entre outros pontos: O regime jurídico da homologação e utilização dos cintos de segurança e dos sistemas de retenção para crianças em veículos rodoviários, transpondo uma diretiva da União Europeia. Torna-se, assim, obrigatória a homologação dos sistemas de retenção para crianças, segundo os regulamentos da Comissão Económica para a Europa da Organização das Nações Unidas (UNECE), estabelecendo-se que, em circulação, apenas podem ser utilizados sistemas homologados segundo aqueles regulamentos ou de acordo com a diretiva da União Europeia; uma proposta de lei para autorizar o Governo a definir os termos e as condições para o acesso à profissão de ama e o exercício da respetiva atividade. Pretende-se que a profissão de ama possa constituir, com segurança, uma resposta complementar à creche e reforçar a rede de oferta às famílias portuguesas e que visa prestar o apoio necessário à compatibilização da vida familiar e profissional. De modo a complementar o aumento de lugares em creche que foi conseguido nestes últimos 3 anos, esta proposta visa promover políticas de apoio à família e à natalidade, que possam ajudar a mitigar o efeito da demografia, que se constitui como desafio em toda a Europa. Este é mais um

contributo para responder eficazmente à realidade social, possibilitando alargar a oferta a quem exerce as responsabilidades parentais para que possa, com segurança optar por contratar diretamente amas devidamente qualificadas e autorizadas no exercício destas funções ou, se preferir, fazê-lo através de uma instituição de enquadramento.

No dia 20 de Setembro, no equipamento da Quinta da Armada em Braga, teve início a abertura das Celebrações Comemorativas dos 50 anos da Fundação da Obra Social do Sagrado Coração de Maria.

No dia 22 de Setembro, Maria de Lurdes Pombo, em representação da CNIS esteve presente na Sessão Solene da Abertura do Ano Letivo 2014/2015 no Conselho Nacional de Educação. Esta Sessão contou com a presença do Senhor Primeiro Ministro, tendo sido homenageado o Professor Adriano Moreira. Após esta Sessão, decorreu a 119ª Reunião Plenária que apreciou e analisou o relatório anual do CNE “Estado da Educação 2013”, o projeto de Recomendação sobre Cursos Técnicos Superiores Profissionais e o projeto de Recomendação sobre o Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo.

No dia 23 de Setembro e seguinte, nas instalações cedidas pelo Centro Social de Azurva, teve lugar a 1ª ação sobre “Avaliação de Desempenho”, que superou todas as expectativas. Esta ação de dois dias permitiu aos 25 formandos presentes, começar a perceber como se desenrola um processo de avaliação de desempenho. A partir desta ação podem começar a planear, desenhar e implementar os processos, com vista a uma melhor gestão dos recursos humanos e rentabilização do seu trabalho. Permite-lhes, também, perceber como se desenrola o seu próprio processo de avaliação de desempenho.

No dia 26 de Setembro, a convite do Senhor Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, Maria de Lurdes Pombo, em representação da CNIS, esteve presente na 2ª reunião da Comissão de Coordenação e Acompanhamento do Plano Nacional de Implementação da Garantia Jovem(PNI-GJ) realizada no MESS, onde foi apreciado o desenvolvimento da “Garantia Jovem” e outras informações.

No dia 27 de Setembro, a Fundação ADFP, ARCIL e CERCIL Penela, uniram esforços através de um Protocolo para a formação profissional e emprego para a deficiência. Com este protocolo, as três IPSS pretendem sobretudo “discutir ações integradas antes de as pôr em prática”, como referiu o presidente do Conselho de Administração da Fundação ADFP., Dr. Jaime Ramos. A experiência da ADFP na área da doença mental pode ser importante para as duas entidades vizinhas.



Padre Lino Maia
Presidente da CNIS

Erradicação da pobreza

1. No dia 22 de dezembro de 1992 a ONU instituiu o Dia Internacional para Erradicação da Pobreza, que se assinala todos os anos, desde então, a 17 de outubro de cada ano.

Apesar de só ter sido instituída naquele ano, uma efeméride, em 1987, reforçou a necessidade de combater a fome: a colocação de uma placa em homenagem às vítimas da miséria na Praça da Liberdade e dos Direitos Humanos, em Paris. No dia 17 de outubro daquele ano, Joseph Wresinski convidou cem mil pessoas vindas de todos os horizontes para que se reunissem para celebrar o primeiro “Dia Mundial para a Erradicação da Miséria” na Praça dos Direitos Humanos e da Liberdade, no lugar onde, em 1948, fora assinada a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em Paris.

O apelo gravado na Laje comemorativa inaugurada nesse dia sublinha a situação dramática em que se encontram aquelas e aqueles que vivem numa extrema pobreza e que sofrem com a fome e com a violência. Ele proclama que a extrema pobreza é uma violação dos direitos humanos e afirma que é necessário que todos se unam para que esses direitos sejam respeitados.

O objetivo do Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza é mobilizar esforços no combate à pobreza, que continua a provocar vítimas, não obstante a humanidade conseguir produzir a quantidade de alimento necessário para responder às necessidades de todas as pessoas do mundo.

A pobreza e a fome assolam diversas regiões do mundo, com povos que vivem abaixo do limiar da pobreza e até países do primeiro mundo com a população a ser vítima deste problema.

O Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza revela a possibilidade de uma mudança, suscita novas responsabilidades e permite-nos tomar consciência de que há um longo caminho a percorrer na superação deste problema humanitário, que se transformou numa causa.

2. A pobreza não resulta de uma única causa mas de um conjunto de fatores, nomeadamente, entre outros, fatores económicos (falta de oportunidades de



Foto: D.R.

emprego, sistema fiscal inadequado, a própria pobreza, que prejudica o investimento e o desenvolvimento), político-legais (corrupção, falta de enquadramento estratégico, inexistência ou mau funcionamento de um sistema democrático) e socioculturais (reduzida instrução, discriminação social relativa ao género, à raça ou a grupos vulneráveis)...

Segundo o Instituto Nacional da Estatística, no ano passado, 25,5% dos residentes em Portugal viviam em privação material, mais 3,7 pontos percentuais do que em 2012 (21,8%), enquanto 10,9% da população estava em privação material severa.

Conforme salienta no seu manifesto o “Movimento Erradicar a Pobreza”, “a todo o momento somos confrontados com o desemprego de famílias inteiras, a fome e a miséria, a proliferação de baixos ordenados e reformas, os salários em atraso, os sucessivos cortes de salários, pensões e prestações sociais, o aumento das rendas de casa, as crescentes dificuldades de acesso a cuidados médicos e na aquisição de medicamentos, a emigração forçada de filhos e outros familiares para conseguirem sobreviver”. Conforme se acrescenta no

mesmo manifesto “já não basta ter trabalho e auferir o respetivo salário ou reforma, após uma vida de trabalho e de descontos, para evitar o empobrecimento e a pobreza”.

Sendo injusta a pobreza e manifestação de outras injustiças, é imperioso e urgente assumir a sua erradicação como verdadeiro desígnio nacional.

3. Desde sempre e na generalidade do território nacional, o que tem levado as comunidades a organizarem-se com permanente engenho e entusiasmante arte, fundamentalmente, é a procura de um futuro melhor para todos. Também pela via da erradicação da pobreza, tanto nas suas causas como nas suas manifestações. São esses, aliás, alguns dos verdadeiros objetivos constituintes das Instituições de Solidariedade que muito e muito bem têm feito pela sorte de muitas e de muitos portugueses.

Melhor que ninguém, elas têm uma filosofia e sabem que a boa ventura de cada um e de todos passa, também, pela assunção de princípios como os do destino universal dos bens, da subsidiariedade e

da solidariedade.

Para as Instituições de Solidariedade, os bens são bem quando estão ao serviço do bem da pessoa toda e do maior número possível de pessoas. O que de modo algum se pode conciliar com este insustentável e, parece que, imparável fosso entre os poucos que têm muito e os muitos que têm pouco ou muito pouco.

Sendo expressão visível da subsidiariedade, na riqueza da pluralidade, elas consideram o próximo e todos de quem se aproximam não como um problema mas como possíveis sujeitos e protagonistas de um futuro novo e mais humano para todo o mundo.

Melhor do que ninguém, elas sabem que a solidariedade é a assunção da responsabilidade de cada um por todos e de todos por cada um, em ordem à plenitude de cada um e de todos.

Quando a assunção do destino universal dos bens, da subsidiariedade e da solidariedade forem uma filosofia por todos aceite e assumida, nomeadamente no serviço da causa comum que é a política, a efetiva erradicação da pobreza deixará de ser uma utopia ou enganadora miragem. Para o bem comum.

CNIS, MISERICÓRDIAS, EDUCAÇÃO, SAÚDE E SOLIDARIEDADE

Setor solidário e governo preparam Protocolo de Cooperação global

A celebração de um Protocolo de Cooperação global entre o governo e o setor solidário foi o motivo principal que levou a CNIS e a União das Misericórdias a solicitar uma reunião com o executivo liderado por Pedro Passos Coelho, encontro que ocorreu no dia 17 de setembro. O presidente da CNIS, Lino Maia, explica que “ambas as organizações haviam defendido essa ideia vital do ponto de vista político para uma clara e segura afirmação de um Estado Social moderno responsável e eficaz em Portugal, sempre em nome e por causa das pessoas que são, afinal, a razão de ser da sua existência comum”.

Em anteriores encontros com a CNIS o primeiro ministro também já havia acolhido tal intenção e manifestado grande abertura, reafirmando-a no encontro perante os outros Ministros e os dois líderes do setor solidário.

Assim, a CNIS, representada pelo seu presidente, padre Lino Maia e pelo presidente-adjunto, João Dias, e a União das Misericórdias foram recebidas pelo primeiro ministro Pedro Passos Coelho que se fazia acompanhar pelos ministros da Educação, Nuno Crato, da Saúde, Paulo Macedo, e da Solidariedade Emprego e Segurança Social, Pedro Mota Soares. Partindo da experiência já consubstanciada com o Ministério da Solidariedade Emprego e Segurança Social, tanto o ministro da Saúde como o da Educação mostraram a sua concordância e



a disponibilidade para que a celebração de um Protocolo de Cooperação global entre o governo e o setor solidário se concretize a curto prazo.

No encontro foram ainda abordadas temáticas relacionadas com a competência de cada ministério. No que respeita à Educação foi equacionado o relacionamento com o setor em sede de Rede do

Pré-escolar. Com o ministério da Saúde debateram-se os acordos de cooperação; a devolução dos hospitais; a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (em colaboração com o MSESS); e a Rede Nacional de Cuidados de Saúde Primários. Com o Ministério da Solidariedade do Emprego e Segurança Social esteve na mesa da discussão o aproveitamento de eventuais folgas

financeiras no atual Quadro Comunitário de Apoio; a atitude da fiscalização perante as Instituições e Decreto-Lei n.º33/2014; a regularização e agilidade no pagamento das verbas do POPH; e a sustentabilidade geral das Instituições.

Algumas destas matérias podem vir a fazer parte de protocolos a estabelecer proximamente.

ISABEL MONTEIRO

CNIS passa a ter Secretária-geral

Isabel Monteiro, que desempenhava funções de coordenadora da Diocese de Setúbal, no projecto “Dar e Receber” da Cáritas Portuguesa, em parceria com o Banco Alimentar, e era diretora de serviços no Centro Social S. Francisco Xavier, foi convidada pela CNIS para as funções de Secretária-geral.

Ao jornal Solidariedade Isabel Monteiro deu conta da satisfação do convite feito pelo presidente Lino Maia em nome da direção: “Estou de novo no Norte, a minha terra. Venho com o coração e a mente cheios, no sentido de dar o melhor que tenho e sou ao serviço da Solidariedade, na CNIS. Fui convidada para exercer as funções de Secretária-geral e aceitei de imediato.”

Nas funções que vai desempenhar ao serviço da CNIS cabem a coordenação administrativa e a gestão dos recursos humanos, fazendo a ligação da estrutura, das associadas e das Uniões com a direção da Confederação. “Cabe-me de forma muito clara abraçar a estrutura e com ela estabelecer elos de ligação que sejam facilitadores para todos. Venho para servir a CNIS, as UDIPSS, enfim todos (as) os que de uma forma ou de outra vivem e praticam a Solidariedade. A missão que me trouxe ao Porto assumo-a como um serviço. Os horizontes são largos e abrangentes e a sua convergência, numa só razão, tornam-na desafiante: em tudo servir com respeito, dedicação, coração.”

Isabel Monteiro, com 55 anos, tem um longo percurso no setor solidário: pertenceu à direção da União das Instituições Particulares de Solidariedade Social; esteve na direção e foi presidente da Casa de Nossa Senhora do Rosário, Figueira da Foz; pertenceu à equipa diretiva do Colégio de N.ª S.ª da Paz, no Porto; foi presidente da SEIVA; foi vogal da direção da Cáritas Portuguesa onde desempenhou o cargo de presidente Interina da Cáritas Portuguesa. “Agradeço à direção e muito particularmente ao Sr. padre Lino Maia o desafio que me colocou e a confiança que em mim depositou. Numa só palavra: desejo corresponder ao que me foi pedido com lealdade, transparência, bom senso.”



IPSS da Saúde querem ser parceiro estratégico

“Estamos aqui para descobrir caminhos de futuro para a Saúde e o trabalho não termina hoje”, afirmou o padre Lino Maia, logo na abertura do primeiro Encontro Nacional, promovido pela CNIS, «As IPSS e a Saúde – Perspetivas para o século XXI», que decorreu em Fátima, no passado dia 29 de setembro.

A iniciativa vem no seguimento da aposta da CNIS em “dar mais dimensão à Saúde para que as IPSS vejam desbravados os caminhos no futuro”, prosseguiu, sublinhando a insistência “com o Governo para a um Protocolo de Cooperação que contemple também a Saúde e a Educação”, pois este será um protocolo que “poderá equilibrar as relações entre as instituições e o Estado e permitir às IPSS atuar com mais consistência e sustentabilidade”.

Assim, a reunião de trabalho de Fátima, para além de algumas intervenções introdutórias dos temas da Prevenção (manhã) e Tratamento (tarde), consistiu na discussão em pequenos grupos de trabalho que abordaram determinados temas e dos quais emanou um conjunto de constatações, preocupações e sugestões, a serem posteriormente encaminhadas para o Ministério da Saúde, e apresentadas no final a todos os presentes no Encontro Nacional.

O fim das convenções, em que o Estado dita as regras às instituições, e a sua substituição por acordos de cooperação, que funcionem em parceria, respeitando a identidade e autonomia das IPSS, foi a conclusão que mais força teve no vasto conjunto apresentado no final de cada período de trabalho.

“Parcerias devem ser consideradas parcerias, ou seja, uma cooperação entre parceiros com direitos e deveres iguais”, foi sublinhado por Elísio Barros, que apresentou as conclusões de um dos grupos de trabalho. No fundo, as IPSS querem ser consideradas parceiros estratégicos na área da Saúde e na prestação de serviços à população, seja na prevenção, seja no tratamento.

CONCLUSÕES

do vasto leque de questões levantadas e sugestões incluídas, não só para o Governo, mas igualmente para a CNIS, aqui ficam algumas das mais significativas: a contratação de técnicos a meio tempo não é compensatória para os técnicos e para as IPSS; a necessidade de se fazer prevenção no SAD; deve ser dada primazia às IPSS na prestação de serviços nas localidades para que os habitantes não tenham que se deslocar; audição das instituições antes das negociações da CNIS com o Ministério da Saúde; operacionalização dos serviços por proximidade; que os técnicos das IPSS sejam reconhecidos na prescrição;



regulamentada a legislação para as IPSS poderem adquirir medicação, por exemplo, para os carros de emergência; a criação, no âmbito da CNIS, de um grupo de estudos na área da Saúde; reforçada a necessidade de rentabilizar os recursos humanos e técnicos ao serviço da população em conjunto com os serviços públicos; reprovação da retirada dos apoios sociais às pessoas que estão em tratamento nas instituições; criar, no âmbito das Comissões Locais de Ação Social, um plano estratégico de prevenção na área da Saúde; que os Acordos tenham sempre em conta os aspetos de saúde, mas também os sociais; projetos financiados pelo Estado em 40 % devem ser viabilizados e o Ministério da Saúde deve viabilizar o funcionamento de algumas estruturas que estão paradas; que existam acordos preferenciais com as IPSS face aos serviços públicos; que as IPSS, por opção, possam possuir farmácias; que o MSESS não suspenda estágios profissionais às fundações, por confundir as lucrativas com

as não lucrativas; que a fiscalidade nas IPSS seja em tudo idêntica às das Misericórdias; ações financiadas para a prevenção da dor, a fim de travar o aumento de casos de paralisia cerebral; que as visitas de acompanhamento da Saúde ou da Segurança Social sejam de acompanhamento em parceria e não de fiscalização e exigência; o encaminhamento dos utentes após passagem pelas instituições seja efetivo; que os AC tenham em conta a realidade local de cada instituição; que se aproveite o QCA para voltar a lançar um programa tipo Integrar; que o Ministério da Saúde seja cumpridor; que haja, através da CNIS, um gabinete que articule diretamente com o gabinete do ministro da Saúde as preocupações das IPSS; uma estreita cooperação entre o SNS e as IPSS, que dê primazia a estas em vez de dar aos privados; que haja maior cooperação entre as instituições e as USF; acabar com a concorrência entre as IPSS; que se faça um diagnóstico social da realidade atualizado para que se possa agir no terreno; criar uma

base de dados local (município); para haver liderança financeira tem que haver autonomia; o Estado tem que sustentar a política de divulgação da prevenção; o voluntariado sénior pode contrapor o mecenato cada vez mais diminuto; que a investigação se traduza no aumento do conhecimento, mas com replicação na prática; a importância das parcerias com as universidades; a necessidade urgente de ser criada uma unidade técnica de Saúde, no âmbito da CNIS, para que esta questão possa ser trabalhada setorialmente; aprofundar as conclusões por temáticas ao longo do próximo ano, em encontros a dinamizar pela CNIS; rentabilizar os equipamentos existentes; apoio social às crianças cujos pais estejam doentes; promoção da cooperação entre as IPSS e outras entidades; reorganizar as respostas de tratamento nos diversos conceitos; melhorar a cooperação entre as IPSS, pela avaliação e diagnóstico; cumprimento dos prazos de pagamento; criar um grupo de trabalho que se dedique às questões



específicas das IPSS da Saúde; a importância de uma gestão empresarial.

Destaque ainda para a sugestão para que o encontro nacional das IPSS da Saúde se repita anualmente, que o presidente da CNIS acolheu favoravelmente.

MINISTRO PRESENTE

Ponto alto da tarde de trabalhos foi a presença do ministro da Saúde e ainda de alguns deputados da Assembleia da República, num claro reconhecimento da importância das IPSS na área da Saúde.

Paulo Macedo começou a sua intervenção, precisamente por aí, dizendo: “Importa sublinhar o contributo decisivo das IPSS face ao momento que o País atravessa, mas o futuro preocupa-nos, pelo que este encontro é duplamente bem-vindo”.

Depois, o governante enumerou algumas das ações já tomadas pelo Governo, recordando o encontro de especialistas da Saúde, que decorreu na Fundação Gulbenkian, para sublinhar a importância das instituições sociais: “Estamos a pensar a Saúde no nosso

País até 2040 e é na área da proximidade, dos Cuidados Continuados e no reforço da participação dos cidadãos que estão algumas das principais mensagens emanadas do grupo de especialistas que esteve a refletir a Saúde para os próximos 25 anos. O futuro passa por estas questões e a vossa atividade mostra-nos que, mais do que presente, há futuro”.

Sustentando estar o Ministério da Saúde apostado em pôr em prática um modelo de “melhor partilha de responsabilidades”, com os protocolos de gestão, acordos de cooperação e convenções, Paulo Macedo realçou que “a resposta em parceria é uma vantagem competitiva”.

Por isso, para o ministro, “há necessidade de apostar na complementaridade, com os hospitais, nos cuidados primários [ver caixa] e na promoção de soluções de proximidade”, terminando, dizendo: “Só há sustentabilidade do SNS reduzindo a incidência da doença, portanto, apostando na prevenção. Contamos com as IPSS e com a CNIS e apelamos à vossa colaboração na

promoção da Saúde. Temos a vantagem de ter uma colaboração concreta, sempre com o melhor que é as pessoas reconhecerem o papel das IPSS na área da Saúde e o futuro que nos convoca”.

IDEIAS IMPORTANTES

Para o primeiro Encontro Nacional das IPSS da área da Saúde foram convidados alguns oradores que abordaram as questões da prevenção e do tratamento. No I Painel, o padre Victor Feytor Pinto, que dissertou sobre a «Humanização da Saúde», e Rita Andrade, do ICPA (Instituto de Cardiologia Preventiva de Almada), que abordou a questão da prevenção, e, no Painel II, João Goulão, do SICAD (Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências), que abordou o tema «Tratamento na Saúde», e ainda Luís Gardete Correia, da APDP (Associação Protetora dos Diabéticos de Portugal), que versou «As IPSS da Saúde».

No final, o padre Lino Maia considerou

que “foi importante que a CNIS desse oportunidade às instituições com respostas na área da Saúde de falarem das suas preocupações e experiências”, sublinhando: “Daqui surgem algumas ideias que são de consubstanciar, nomeadamente a de propor acordos para que as IPSS tenham respostas de proximidade na Saúde, disponibilizando espaços e recursos humanos. E muito se pode fazer nesta área, porque a presença de instituições por tudo o que é comunidade, e que já têm recursos humanos e logísticos, é importante”.

Dando voz a uma das principais preocupações dos participantes, o líder da CNIS referiu a necessidade de se “apostar, sobretudo, em acordos para garantir a estabilidade das instituições, que não podem viver em constante sobressalto. A preferência de acordos sobre as convenções é muito importante. E é de destacar esta vontade das instituições em apostarem nestas respostas de Saúde, como as Unidades de Cuidados Continuados, as respostas de proximidade, as transferências de hospitais e as respostas de emergência, sobretudo para as que têm lares. São dados muito objetivos e positivos”.

O padre Lino Maia sublinhou a importância do Encontro Nacional, sustentando: “Se há algo que caracteriza este setor é a capilaridade e a proximidade, e a CNIS tem que ouvir quem está no terreno para poder corresponder às expectativas e necessidades das instituições. Este dar voz é fundamental, senão a CNIS converter-se-ia numa cúpula desenquadrada do contexto e morreria”.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)

IPSS poderão colaborar nos cuidados primários

O ministro da Saúde anunciou que está a negociar com a CNIS e as uniões das Misericórdias e das Mutualidades um protocolo que prevê a colaboração do Setor Solidário nos cuidados primários.

Paulo Macedo admitiu, no Encontro Nacional da CNIS, que decorreu em Fátima, que as IPSS podem vir a dar resposta na área dos cuidados primários “através da possibilidade de algum tipo de acordo ou convenção”.

“Precisamos de várias iniciativas para podermos ter um médico de família para todos os portugueses”, disse o governante, considerando que esta possibilidade “abre uma janela de oportunidade para colaboração nesta área com as IPSS”.

Este é um dos assuntos a ser objeto de negociação no âmbito de um protocolo multi-ministerial, que incluirá

os ministérios da Saúde, Educação e Solidariedade, Emprego e Segurança Social, a CNIS e as uniões das Misericórdias e das Mutualidades, e que o padre Lino Maia referiu, logo na abertura do Encontro de Fátima, estar a ser negociado.

Se Paulo Macedo não quis especificar os termos da colaboração, já o padre Lino Maia adiantou mais pormenores sobre a proposta, que partiu da CNIS.

Reconhecendo que no País há muitas IPSS que “têm um médico, têm enfermeiros, têm pessoas habilitadas para prestarem cuidados primários e até atender numa primeira audição”, o presidente da CNIS considera ainda que as mesmas podem garantir “recursos humanos e logísticos para que haja um maior e melhor atendimento, particularmente nas zonas mais deprimidas, onde, de facto, não há



resposta pública”.

À margem do Encontro Nacional promovido pela CNIS, Paulo Macedo referiu

ainda que as IPSS poderão vir também a colaborar na resolução dos casos de idosos abandonados nos hospitais.

ACORDO DO GOVERNO, PATRÕES E UGT

Aumento do salário mínimo para 505 euros provoca grandes dificuldades às IPSS

O presidente da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS) defendeu que o aumento do salário mínimo vai provocar "grandes dificuldades" a estas organizações, desafiando o Governo a atualizar o apoio ao setor no próximo Orçamento do Estado. "Todos nós achamos que é muito importante que haja aumento do salário mínimo, mas vai provocar grandes dificuldades às instituições", disse o presidente da CNIS, Lino Maia.

Em Fátima, à margem do encontro "As IPSS e a saúde — Perspetivas para o século XXI", Lino Maia referiu que "não é só o salário mínimo que aumenta", mas também um conjunto de ordenados que estão perto daquele que "vão ter que aumentar". "Compreendem-no, é muito importante, mas vão ter muita dificuldade em suportar

o aumento, porque elas estão todas no fio da navalha", garantiu o responsável, referindo que as instituições "não têm a receita correspondente".

O dirigente da CNIS desafia o Governo, de coligação PSD/CDS-PP, a equacionar uma "atualização do apoio do Estado a este setor solidário" na elaboração do Orçamento de Estado para 2015. "Tem havido alguma atualização mínima", reconheceu Lino Maia, ressaltando que "não tem acompanhado a inflação e não tem acompanhado, de modo nenhum, o aumento de despesa".

A esta situação, há a somar, ainda, a diminuição da receita, dado que "as participações dos utentes têm vindo a diminuir muito significativamente". "Com o desemprego, com o empobrecimento coletivo, temos muito menos receita por parte

dos utentes, temos aumento de despesa", declarou, defendendo a necessidade de o Estado olhar para este setor.

O Conselho de Ministros aprovou em Setembro o aumento do salário mínimo nacional de 485 para 505 euros a partir de 01 de outubro, com base no acordo assinado com as confederações patronais e a UGT. Nos termos do mesmo acordo, do qual ficou de fora a CGTP, foi também aprovada uma redução de 0,75 pontos percentuais da taxa contributiva a pagar pelas entidades empregadoras, referida como uma "medida excecional de apoio ao emprego" no comunicado do Conselho de Ministros. O novo salário mínimo vai custar aos empregadores 733 euros por trabalhador, mas o custo seria mais elevado se a Taxa Social única (TSU) paga pelas empresas não tivesse sido reduzida.

Considerando que o aumento do salário mínimo "pode provocar alguma atividade económica", o presidente da CNIS realçou a importância da medida num país que tem "demasiadas famílias" com "rendimentos muitíssimos baixos que não conseguem enfrentar as suas despesas".

Questionado sobre a existência de instituições particulares de solidariedade social em situação de insolvência, Lino Maia admitiu haver "alguns casos", cujo número não especificou, mas manifestou-se esperançado que "ainda haja alguma intervenção que evite o colapso". "Casos identificados [de insolvência] são muito poucos neste momento, agora a ameaçar há muitas situações", acrescentou.

A CNIS representa cerca de 2.850 instituições que empregam mais de 200 mil trabalhadores.

PAPA FRANCISCO

Santo Padre pede que lares de idosos sejam "casas e não prisões"

O papa Francisco pediu que os lares de idosos sejam "realmente casas e não prisões", durante o discurso que fez na Praça de São Pedro por ocasião da "Festa dos Avós". Perante cerca de 40.000 idosos que encheram a praça, o pontífice argentino disse: "não podem existir centros onde os anciãos vivam esquecidos e escondidos". "As residências devem ser pulmões da humanidade num país, num bairro ou numa paróquia. Devem ser santuários de humanidade onde quem é velho e débil é cuidado como um irmão mais velho", acrescentou.

O Santo Padre reiterou a sua denúncia à chamada "cultura do descarte" e assegurou que o abandono dos idosos é como uma "eutanásia escondida". Para o papa Francisco, "um povo que não protege os seus avós e não os trata bem é um povo que não tem futuro. Não tem futuro porque perde a memória e separa-se das suas raízes". "Uma das coisas mais bonitas numa família é poder acariciar uma criança e deixar-se acariciar pelo avô ou pela avó", disse.



Foto: D.R.

O papa destacou que os idosos são quem tem que "transmitir a experiência da vida, a história da família, da comunidade, de um povo e partilhar sabedoria". "Que sorte as famílias que têm os avós perto. Os avós são pais duas vezes", acrescentou.

A cerimónia foi animada por cantores como o tenor Andrea Bocello, Massimo Ranieri e Claudio Baglioni.

CASBI, LEIRIA

Inaugurada nova creche de quase meio milhão de euros

O Centro Apoio Social Bidoeirense (CASBI), no concelho de Leiria, inaugurou uma nova creche com capacidade para 42 crianças, uma obra de 480 mil euros. A instituição particular de solidariedade social informa que o investimento, localizado na Bidoeira de Cima, teve uma participação estatal de 197 mil euros e um subsídio de cerca de 25 mil euros da Câmara Municipal de Leiria. "O restante é suportado pela instituição e com o forte apoio da população e empresas amigas", adianta a mesma nota.

O presidente da instituição, Luís Carreira, referiu que para concluir a obra houve, ainda, o recurso a uma linha de crédito no valor de 100 mil euros.

Segundo o CASBI, a criação da creche, denominada "Os Vidoeirinhos", deve-se à "evidente falta de resposta social a dar à freguesia, no que diz respeito no apoio a crianças até aos três

anos, o que levava os pais a terem que se deslocar a outros locais distantes para deixar os seus filhos". "A creche fica instalada num edifício construído de raiz, com estrutura com capacidade para acolher 42 crianças, com idades compreendidas entre os três e 36 meses".

Segundo aquela instituição, entre outros aspetos, "a nova unidade conta com serviços diferenciadores, como horários alargados, abertura durante todo o ano, atividades extracurriculares, espaços com segurança e ergonomia adaptados a cada faixa etária" ou ementas elaboradas por uma nutricionista.

A CASBI foi criada em 1995 e iniciou a atividade dois anos depois. Atualmente, tem 23 funcionários, presta apoio em média a 80 utentes, dos quais 45 no serviço de apoio domiciliário, centro de convívio (20) e centro de dia (15). Fornece ainda alimentação a crianças do pré-escolar e alunos do 1º ciclo.

SOLIDARIEDADE

Portugueses preferem apoiar instituições com doação de alimentos

A doação de alimentos é o método preferido por 66% dos portugueses para contribuir para as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e o peditério de rua o meio escolhido por 40% para fazer donativos monetários, revela um estudo. O inquérito, realizado pela empresa de estudos de mercado GFK sobre o comportamento dos portugueses face às IPSS, decorreu entre os dias 10 e 21 de Janeiro e compreendeu uma amostra de 1.254 pessoas, com 15 e mais anos, com uma distribuição proporcional por região.

Segundo o estudo, divulgado pela Operação Nariz Vermelho (ONV), 93% dos inquiridos disseram estar dispostos a aderir a donativos monetários pontuais para

instituições de solidariedade que apoiam crianças e 89% para causas como a entrega de alimentação.

A maior parte (63%) dos inquiridos disse dar apoio às IPSS, sendo que, destes, 46% fazem-no de forma esporádica, refere o estudo, acrescentando que 36% não costumam dar apoio.

Sobre os critérios de seleção para apoiar uma instituição, 17% dizem que preferem doar nos peditérios, enquanto 15% optam por ajudar as IPSS focadas nos mais pobres, desprotegidos e “nos que mais precisam”. Já 14% dos inquiridos preferem apoiar as instituições pelas causas e trabalho que fazem e 13% ajudam as que “consideram credíveis” e que “transmitam confiança”.

O estudo analisou a atitude dos portugueses face à Operação Nariz Vermelho, tendo concluído que, apesar de ser conhecida, a instituição não é a uma das organizações consideradas como das primeiras escolhas para contribuir com donativos monetários, o que poderá estar relacionado com a elevada percentagem de inquiridos que pensa que a instituição recorre apenas a voluntários (58%).

Segundo o estudo, 75% dos inquiridos desconhecem que a instituição desenvolve a sua atividade de solidariedade recorrendo a profissionais pagos, aplicando os fundos à contratação e devida formação de artistas profissionais. “Numa altura em que os donativos, quer de empresas quer de particulares, têm

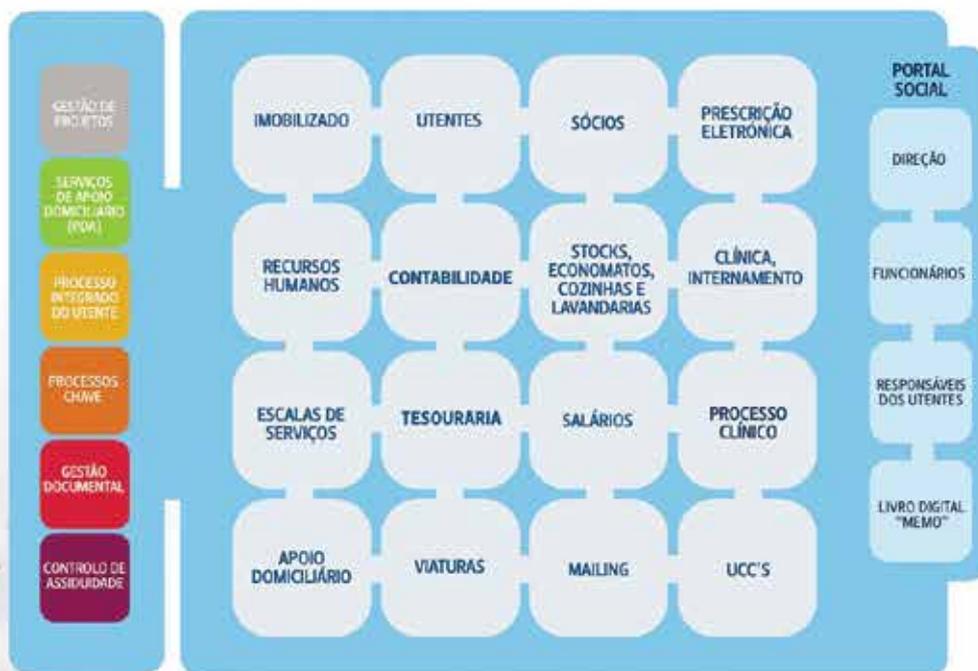
diminuído, sentimos necessidade de encontrar uma solução eficaz que permita colmatar essa lacuna”, diz, em comunicado, Magda Ferro, coordenadora de comunicação e eventos da Operação Nariz Vermelho (ONV).

Magda Ferro adianta que as conclusões do estudo levaram a ONV “a considerar que uma campanha de rua alargada a diversos pontos do país em simultâneo seria a melhor aposta”.

A Operação Nariz Vermelho promove semanalmente visitas de doutores palhaços às enfermarias pediátricas de 13 hospitais do país, contando atualmente com uma equipa de 22 doutores palhaços e nove profissionais nos bastidores, visitando cerca de 40.000 crianças por ano.



LÍDER NO FORNECIMENTO DE
**SOFTWARE
ESPECÍFICO**
PARA A ECONOMIA SOCIAL



PLANO DE FORMAÇÃO OUTUBRO 2014

BRAGA . COIMBRA . LISBOA

INFORMAÇÕES e INSCRIÇÕES EM...

www.f3m.pt

O Papel da
Contabilidade na
Gestão das ESNL



CICLO DE SEMINÁRIOS
MOTIVAÇÃO E
PROATIVIDADE NO
TRABALHO

PROJETO HOMEM, BRAGA

Recuperar o Homem e reinseri-lo na sociedade

Movimentam-se na área da Saúde, intervindo numa área muito complexa, que é a das dependências. Se inicialmente, o Projeto Homem, abraçado pelo Centro de Solidariedade de Braga em 1991, começou apenas pela prevenção, tratamento e reinserção de toxicodependentes, nos dias que correm, e desde há seis anos, também as pessoas vítimas do alcoolismo seus utentes da instituição, criada pela Arquidiocese de Braga, Cáritas Arquidiocesana de Braga e Vigararia da Ação Sócio Caritativa.

Estendendo a sua ação a Braga e Vila Nova de Famalicão, o Projeto Homem abrange três áreas: prevenção, tratamento e reinserção social.

Num novo edifício, no Picoto, a instituição tem instalado um Centro de Acolhimento, alvo de grandes mudanças devido à ineficácia de uma resposta contratualizada com o Ministério da Saúde

“Não é fácil reter pessoas que estão na rua e que são toxicodependentes. Funcionava em regime de ambulatório com acompanhamento familiar, ou seja, a família tinha que acompanhar. A verdade é que muitos ficavam na rua durante a noite... Era um tipo de acompanhamento que se tornou insustentável hoje em dia”, explica Cândido Pires, presidente da instituição, que apresenta de seguida o que chama de “pulmão” do Projeto Homem, a Comunidade Terapêutica, sediada em plena Rampa da Falperra. “Em regime residencial, efetua-se um tratamento educativo-terapêutico, em que se pretende que a pessoa passe por um processo de abstinência, projetando o Homem para ser inserido na comunidade”.

Por fim, em termos de equipamentos, a instituição tem ainda o Apartamento de Reinserção, onde, como o nome indica, se trabalha a fase de reinserção social.

“Embora haja três momentos distintos nessa fase, há a possibilidade de ficar na residência. Não é em comunidade, mas é uma comunidade de reinserção. Por vezes, temos mais utentes, porque há uma fase em ambulatório e de uma forma gradual vai havendo uma certa desvinculação com a estrutura da reinserção”, explica o líder da instituição, resumindo: “No limite, se tivéssemos respostas com todos os equipamentos em funcionamento, teríamos 25 utentes em Centro de Dia, 60 em Comunidade Terapêutica e mais 20 em Reinserção Social”.

Com orgulho, Cândido Pires diz que “o



Projeto Homem é uma instituição de referência e isso vê-se pela taxa de inserção profissional dos ex-toxicodependentes, para além do período de três anos após a alta em que temos que os monitorizar”, sublinhando o facto de as convenções com o Ministério da Saúde dependerem de avaliações periódicas: “Ao contrário das outras IPSS, da infância ou da terceira idade, nós somos avaliados segundo alguns indicadores. E esta avaliação põe em causa a contratualização das camas que temos. Nós somos monitorizados em função do sucesso que temos e se não cumprimos com os objetivos a contratualização pode ser revista”.

Neste sentido, o presidente da instituição de Braga realça o facto de a instituição ter “das mais elevadas taxas de sucesso a nível nacional”.

No caso dos toxicodependentes, o tratamento é de um ano, sendo que os utentes têm que ser monitorizados durante os três anos seguintes, ao passo que no álcool, agora, o tratamento em comunidade é de seis meses, podendo ser renovado por mais seis. “Renovamos sempre, porque



seis meses não chega”, avança Virgínia Freitas, líder do programa terapêutico, revelando: “Em 2013 tivemos 60% de altas programadas e atingimos 70% de inserção profissional ou de formação. Fizemos um estudo sobre as altas programadas e as não programadas, que são aquelas pessoas a quem não atribuímos alta clínica porque desistiram a meio do processo

terapêutico, e ficámos espantados pois nestas tivemos um sucesso de mais de 30%, ou seja, apesar de não terem terminado o processo terapêutico conseguiram manter-se abstinentes e inseridos”.

“Em resumo”, sublinha Cândido Pires, “60% de sucesso e nos outros 40%, apesar de não serem considerados por nós um sucesso, porque não terminaram o



processo terapêutico, porque desistiram ou fugiram, 35% afirmam-se um sucesso pelo que conseguiram”.

Com a extinção do IDT – Instituto da Droga e da Toxicodependência e a criação do SICAD – Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e das Dependências, que passou para a alçada das ARS (Administração Regional de Saúde), poucas mudanças se sentiram, mas há uma que vai causando algum constrangimento às instituições.

É que surgiu mais um patamar burocrático para as admissões em Comunidade Terapêutica e, se antigamente as participações eram pagas com retroatividade, hoje em dia não o são. Apesar da situação, o presidente do Projeto Homem de Braga diz compreender a decisão política, especialmente em tempos em que os recursos financeiros escasseiam.

“Em termos operacionais não houve grandes alterações com esta mudança, houve alterações, sobretudo, nas auto-propostas. Tendo nós um corpo técnico e médicos que podem atestar da necessidade de tratamento de alguém, com a mudança perdemos essa liberdade. Tem que ser o médico par dos nossos que tem que dar o seu parecer vinculativo”, explica Cândido Pires, que realça: “Isto tem um impacto, porque quando alguém se sente motivado para um processo de tratamento, quem está deste lado, que tem a obrigação de dar resposta a esta necessidade, fá-lo entrar de imediato e isso significa que estamos a assumir integrar essa pessoa até haver uma decisão por parte da «tutela», que é quem tem autoridade para o fazer e para decidir da participação durante um ano. Isto tem um senão para a instituição. Até compreendo o outro lado, porque quando há que gerir orçamentos há algumas dificuldades, sabendo eles que a pessoa está entregue a quem sabe tratar dela. Assim, deixa o indivíduo aqui ficar durante dois ou três meses e só emite a decisão

passado esse tempo, altura, então, em que começa a comparticipação estatal. Compreendo politicamente esta situação para gestão orçamental, mas para nós tem impacto e não é pouco. Esta gestão, mais do que uma técnica é uma questão financeira”.

Apesar de o número de negas às auto-propostas ser residual, Virgínia Freitas levanta outra questão: “Após sermos contactados reservamos a cama, e começa toda esta parte processual, mas, na verdade, não podemos admitir outro utente para aquela cama. Muitas vezes não temos o máximo de camas convencionadas preenchidas porque temos que jogar com este hiato de tempo que demora a decisão do SICAD”.

Para além das respostas em equipamento físico, o Projeto Homem tem algumas respostas no âmbito do PORI – Programa Operacional de Respostas Integradas, que funcionam em viaturas, com equipas de rua.

“Temos uma equipa de rua a funcionar há já oito anos, que trabalha essencialmente na minimização de danos e que está a funcionar muito bem, numa parceria com a Câmara de Vila Nova de Famalicão. E já fizemos uma nova candidatura para mantermos a equipa de rua por mais dois anos”, revela Cândido Pires, referindo-se aos programas «Mais Vale Prevenir» (prevenção), «Fénix» (reinserção) e «Projetando Vida» (redução de riscos), ao que acrescenta: “Isto são tudo programas que não são convenções, mas programas com financiamento do Ministério da Saúde, auto-financiamento e comparticipação de parceiros, no caso a Câmara de Famalicão, que cede equipamentos, entre outras coisas. Esta é uma cooperação que tem funcionado muito bem ao longo dos anos e em que o Ministério da Saúde tem a sua quota-parte de financiamento que é relevante”.

Para além disto, o Projeto Homem, que já recebeu alguns condenados a prisão ou pessoas que ali vão para em alternativa

à pena de prisão, tem em curso uma parceria com os estabelecimentos prisionais de Braga e de Guimarães, onde faz um trabalho de motivação junto dos reclusos, com acompanhamento individual. Isto permite incentivá-los para este trabalho de integração”.

Quando entram na Comunidade Terapêutica os utentes já passaram pelo processo de desintoxicação, ou, se quiserem, de desabilitação, iniciando ali um processo terapêutico denominado por intervenção bio-psico-social nas correntes cognitivo-comportamentais, que Isabel Pinheiro, a diretora de Fase, explica: “Entre atividades educacionais, dentro daquilo que é um trabalho comportamental, ou seja, de mudança de comportamentos, e o terapêutico, pois também vai muito nesse sentido. Depois trabalhamos a parte emocional, a parte de treino de competências, da gestão e resolução de conflitos e a parte cognitiva para ajustar comportamentos e competências... Isto com algumas metodologias diferentes para os alcoólicos e para os toxicodependentes”.

“Isto é uma comunidade onde cada um tem que contribuir na medida exata do que o outro contribui. E sem aditivos”, sublinha Cândido Pires.

Face à especificidade da resposta que oferece, o Projeto Homem depende umbilicalmente do Estado.

“Se o Estado hoje deixasse de participar as respostas que damos, amanhã estaríamos a fechar as portas”, assevera o presidente da instituição, ressaltando um aspeto muito importante para manter a confiança do Estado: “Temos que estar na vanguarda para responder às necessidades identificadas pelo Estado. Temos projetos, e esperemos que venham por orientação do Estado, de trabalhar as novas dependências. Queremos estar na vanguarda da «inovação» das necessidades que são diagnosticadas pelo Estado, pois não podemos perder este cliente que

é o Estado, que procura em parceiros, entidades privadas como nós, quem tenha competências para dar essas respostas. Quando amanhã surgir a preocupação do Estado com a dependência da internet ou das compras ou do que seja e pretender participar quem queira recorrer ao SNS para se tratar, nós estamos aqui como parceiro privado para dar essa resposta”.

E a dependência da comparticipação estatal ganha uma força maior, porque a parte que cabe às famílias muitas das vezes não existe.

“Estamos a falar de toxicodependentes e de alcoólicos! E mesmo aquilo que eram apoios da Segurança Social, como os RSI e outros, estão sempre a ser cortados”, sustenta Cândido Pires, acrescentando: “Com a agravante que têm este tipo de respostas sociais, pois este tipo de utentes tem outro tipo de vícios, para além dos custos associados à compra de medicação, etc. E depois há ainda o que chamamos custos para despesas pessoais, como tabaco. Quando os 20% não podem ser assumidos pela família, tem que ser a instituição a assumir. Em 2011, tínhamos cerca de 70 mil euros de dívidas dos utentes em seis meses”.

A terminar, Cândido Pires volta a colocar o dedo na ferida: “A questão económico-financeira prende-se com o facto de a comparticipação do Estado sem a dos utentes não dar para sustentar aquilo que é a atividade de uma comunidade terapêutica, porque a exigência de corpo técnico é muito elevada”.

Até janeiro de 2016, o Projeto Homem tem o que podemos chamar uma alta programada em termos económico-financeiros, “mas a necessitar de acompanhamento”, sublinha o presidente, acrescentando: “Desde que não haja uma redução de utentes significativa e se mantenham os projetos do PORI”.

ESTATUTO DAS IPSS EM REVISÃO

CNIS apresenta propostas em Conselho Geral

O Conselho Geral da CNIS convocou uma reunião extraordinária para debater e elaborar um parecer sobre a revisão do Decreto-Lei nº 119/83 que está em curso sob a alçada do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social. O encontro, que teve lugar em Fátima, no dia 16 de Setembro, analisou com detalhe uma versão preliminar do renovado Estatuto das IPSS. Entre outros, foram abordadas questões como: A destituição judicial dos titulares dos órgãos sociais; A gratuidade do mandato e a possibilidade e condições de remuneração de titulares dos órgãos sociais, por esse exercício; A inelegibilidade para os órgãos sociais e impedimentos; O regime de invalidade das deliberações dos órgãos sociais, a aplicabilidade do Código dos Contratos Públicos aos contratos de empreitada relativos a obras de construção e grande reparação, bem como à alienação e arrendamento de imóveis pertencentes às IPSS; O estatuto dos associados que sejam trabalhadores da Instituição quanto à elegibilidade e às condições para o exercício de cargos nos órgãos sociais; A duração e limites de mandatos nos órgãos sociais. O presidente da CNIS, padre Lino Maia, alertou os presentes que as propostas ali consensualizadas poderiam não ser atendidas, pois a alteração do Decreto-lei é da responsabilidade do Governo: “Somos parceiros, somos ouvidos, mas nem sempre atendidos”.

O jornal Solidariedade, com a ajuda do assessor jurídico Henrique Rodrigues, explica o que está em causa nesta importante revisão do Estatuto das IPSS.

REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS DIRIGENTES

A posição de princípio da CNIS é a de que o exercício do mandato como dirigente deve ser gratuito. Trata-se de uma manifestação do voluntariado, constituindo este princípio estruturante do Setor Solidário.

A possibilidade de remuneração deve ser vincadamente excecional, prevista nos estatutos, definida por um órgão exterior ao que é beneficiado – não pode ser a Direção a fixar a remuneração do seu presidente, por exemplo, devendo ser a Assembleia Geral ou o Conselho Fiscal, em nome da transparência e da isenção -, devendo existir um montante máximo para essa retribuição e findando em caso de défices continuados de exploração.

A CNIS aceita, nos casos excecionais



e com os limites acima referidos, que tal remuneração possa atingir, no máximo, 5 vezes o IAS.

Convém não esquecer que o nível máximo previsto no CCT para diretor de serviços ou secretário-geral não atinge os 1.200,00 euros, pelo que remunerações superiores ao referido montante máximo, que se praticam em alguns casos, seriam chocantes.

Quanto à possibilidade de os trabalhadores que sejam associados serem eleitos para os órgãos sociais, a posição da CNIS é favorável, já que a capacidade eleitoral passiva integra o núcleo essencial do estatuto de associado.

Não podem é votar em assuntos que lhes respeitem – como salários -, nem poderão estar em maioria num determinado órgão.

DURAÇÃO E NÚMERO DE MANDATOS

A limitação do número de mandatos constitui uma questão controversa, desde sempre.

Convém esclarecer que esta questão diz exclusivamente respeito às associações, cujos órgãos sociais são eleitos em Assembleia Geral – o que deixa de fora a maior parte dos associados da CNIS, nomeadamente centros sociais paroquiais e

institutos de organizações religiosas, em que nunca houve limitação de mandatos – e em que a CNIS defende que continue a não haver.

Quanto às associações, a proposta da CNIS é a de manutenção do sistema atual, embora agora com o limite de três mandatos – e não de dois, como no presente, ou dois com a duração de 5 anos cada - e com a duração de até 4 anos, podendo sempre a Assembleia Geral abolir a inelegibilidade, em caso de impossibilidade de renovação.

Crê-se que tal posição da CNIS não venha a obter vencimento, tendo em conta a recente reforma do sistema eleitoral para os órgãos de soberania ou autárquicos.

Se o Governo entender legislar segundo essa orientação, a CNIS defende que tais limites só vigorem relativamente aos mandatos a iniciar após a publicação da nova lei.

CRIAÇÃO DE CENTRO DE ARBITRAGEM DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

A CNIS defende o modelo de regulação da atividade do setor sob a égide de uma Entidade Reguladora, nomeadamente no que toca ao licenciamento das instalações, à fiscalização e à inspeção.

Não significa isto que o Estatuto das

IPSS deva desde já definir este modelo – mas a CNIS defende que o diploma a publicar deveria desde já abrir a possibilidade de, por lei futura, tal poder vir a ocorrer.

LEI DE BASES DA ECONOMIA SOCIAL E DECRETO-LEI 119/83. (Auto-sustentação ou sustentabilidade?)

A Lei de Bases da Economia Social, aprovada pela Lei nº 30/2013, de 8 de Maio, determina a revisão da legislação de enquadramento das várias “famílias” da economia social; IPSS, Fundações, Cooperativas, Coletividades de cultura e recreio.

Existe o risco de que a revisão do Estatuto aprovado pelo Decreto-Lei nº 119/83, de 25 de Fevereiro, seja excessivamente tributário dessa Lei.

A CNIS defende o entendimento de que haverá aqui que distinguir. Com efeito, a Lei de Bases não pode ser apresentada como única *ratio* do processo legislativo – deixando-se omissos, ou na sombra, os princípios que, segundo a nossa tradição jurídica de décadas, costumam ser identificados com as IPSS: a solidariedade, como dever e imperativo ético, a caridade fraterna, nas instituições de origem religiosa, a atenção prioritária aos mais desfavorecidos, como estruturante do contrato social.



A Lei de Bases tem virtualidades, como veremos adiante, mas tem uma matriz mais radicada nas relações económicas e em conceitos ligados à produção material de bens do que propriamente nas relações sociais. Não é essa a cultura plurissecular das IPSS.

No entanto, a referida Lei de Bases da Economia Social fundamenta uma das principais alterações que a CNIS defende para o Estatuto das IPSS: a clarificação de que é legítima a prossecução de atividades comerciais ou industriais por parte das IPSS, seja qual for o domínio de tais atividades, através da criação de empresas ou da aquisição de partes sociais de sociedades comerciais – desde que tais atividades tenham natureza instrumental relativamente às suas atividades principais, no domínio da solidariedade social, e os resultados da exploração de tais atividades propriamente mercantis sejam afetos aos fins de solidariedade.

É importante esclarecer, com grande nitidez, a dúvida jurídica atualmente existente sobre tal possibilidade – embora esta abertura traga consigo o risco de servir de pretexto aos poderes públicos para, a

pretexto de novos meios de sustentabilidade das Instituições, fazer regredir os apoios e o financiamento públicos para a atividade nuclear das mesmas Instituições.

IMPEDIMENTO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS PERTENCEREM AOS ÓRGÃOS SOCIAIS DAS EMPRESAS PARTICIPADAS

A posição da CNIS é a de que os titulares dos órgãos sociais não só podem, como devem, integrar os órgãos sociais das empresas e sociedades participadas – de acordo com a matriz das sociedades comerciais e SGPS que serviu de paradigma à solução da sustentabilidade, por esta via, das Instituições Solidárias.

FISCALIZAÇÃO E DENÚNCIAS ANÓNIMAS

O presidente da CNIS defendeu a orientação de que denúncias anónimas deveriam ser liminarmente arquivadas – na sequência da informação de que a grande maioria das ações inspetivas ou fiscalizadoras resulta de denúncias anónimas.

OBRAS E REGIME DOS CONTRATOS PÚBLICOS

A CNIS vem defendendo a posição da não-aplicabilidade do Código dos Contratos Públicos à contratação levada a efeito pelas IPSS.

Discute-se se o 119/83 deveria conter uma disposição, impondo a aplicabilidade desse regime aos contratos de empreitada para obras de construção ou grande reparação, celebrados por IPSS. Se tal vier a acontecer, duas conclusões se podem tirar:

- se a nova lei integrar tais empreitadas, e apenas esses contratos, no âmbito de aplicação do CCP, é lícito concluir que tal Código não tem aplicabilidade a todos os outros contratos: nomeadamente os contratos de prestação de serviços.

- no mesmo pressuposto, tem razão a CNIS ao defender a inaplicabilidade atual do CCT, mesmo nos contratos de empreitada: pois se a lei alterada os passa a incluir, é porque a lei por alterar – e que é a que está em vigor – não os inclui.

A posição da CNIS é, portanto, de inaplicabilidade absoluta do CCP, no regime jurídico atual; e de assim dever continuar a ser.

O ESTATUTO JURÍDICO DAS IPSS

O primeiro Estatuto das IPSS resulta do cruzamento de duas fontes principais: a Constituição de 1976 e o direito de livre associação, garantido em 1974.

A Constituição da República de 1976, no artº 63º, estabelece a existência das instituições particulares de solidariedade social, “com vista à prossecução de objetivos de solidariedade social” e sendo, por via disso, credoras do apoio do Estado.

O primeiro diploma legal sobre a natureza e a atividade das IPSS após o 25 de Abril está datado de 29 de Dezembro de 1979. Trata-se do Estatuto das Instituições Privadas de Solidariedade Social, aprovado pelo Decreto-Lei nº 519-G2/79, de 29 de Dezembro. Foi este diploma que estabeleceu, pela primeira vez, a possibilidade de as IPSS se agruparem em uniões e federações – e foi à sombra dessa autorização legislativa que foi criada a União das IPSS, em 1981.

O Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social foi aprovado pelo Decreto-Lei nº 119/83, de 25 de Fevereiro, que revogou, quase integralmente, o Estatuto de 1979.

O Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social de 1983 afirma expressamente a autonomia das IPSS, em sede de organização interna e definição de atividades – artº 3º -, mantendo a necessidade de autorização do Ministério para a aquisição de imóveis a título oneroso e alienação a qualquer título, bem como para a contração de empréstimos – artº 32º: disposição esta que, entretanto, foi abolida em 1985, pelo Decreto-Lei nº 89/85, de 1 de Abril, que a revogou. Cessou, em 1983, o “visto” aos quadros de pessoal, mantendo-se, até hoje - e é apenas o que se mantém -, o mesmo “visto” relativamente aos orçamentos e às contas – artº 33º.





António José da Silva
ajsilva@sapo.pt

Escócia: uma lição de democracia

Afinal, o Reino Unido não perdeu, como se chegou a pensar, um dos países que dele fazem parte desde 1707: a Escócia. No passado dia 19 de Setembro, os escoceses disseram não à independência, para alívio de uns e para frustração de outros, dentro e fora da Grã Bretanha.

Sobretudo fora, como foi o caso da Catalunha.

Sem ser arrasadora - 55% contra 45% -, a vitória do “não” foi suficientemente clara para abafar por muito tempo a voz daqueles que reclamavam ter chegado a hora de os escoceses poderem decidir em plenitude o seu destino. Havia quem defendesse mesmo, a começar pelo seu líder agora demissionário, que uma derrota no referendo representaria o fim do sonho independentista. Tratou-se, naturalmente, de uma dramatização eleitoralista cujos efeitos foram precisamente opostos aos que ele pretendia.

O governo de Londres tinha sérios motivos para temer uma vitória do “sim” à independência e as suas consequências, não constituindo pois qualquer surpresa que tudo tenha feito para evitar esse resultado. E não foi apenas o governo, já que os três grandes partidos deram as mãos para defenderem a identidade e a unidade do Reino, e fizeram-no de um modo verdadeiramente exemplar. Ao contrário o que costuma acontecer em grande parte dos referendos, o comportamento dos políticos e dos cidadãos em geral foi absolutamente exemplar em todo o processo. Não obstante o ambiente apaixonado da campanha, não se registou qualquer episódio de violência, mesmo verbal, nem se ouviram acusações de pressão ou de fraude. O “não” ganhou, mas quem venceu foi a democracia.

O governo de Londres tem muitas razões para festejar um resultado que afasta por muito tempo uma grave ameaça à unidade do Reino, mas não pode fugir ao compromisso assumido para com o povo escocês, durante a campanha eleitoral, de aprofundar a autonomia política de que este já goza. Quem conhece os direitos e os poderes de que já usufruem o governo e o parlamento de Edimburgo tem alguma dificuldade em perceber como será possível alargá-los ainda mais, sem estarmos a falar de independência.

Mas este não é o único desafio que o referendo vem levantar ao governo britânico. O seu resultado acabará por ter consequências nos restantes países que fazem parte do Reino, mesmo na própria Inglaterra. O quadro institucional e político da Grã Bretanha terá de sofrer adaptações e estas tomarão ainda mais ténues os laços que sustentam a unidade política de um estado que tem uma história de democracia única no mundo. Mas é precisamente essa história democrática que garante o seu futuro.



Padre José Maia
jose.maia@cic.pt

Família em debate



Foto: D.R.

De 5 a 19 de outubro do ano em curso, vai decorrer em Roma a III Assembleia Extraordinária que tem por missão preparar o Sínodo dos Bispos no próximo ano, no qual serão analisados os inquéritos solicitados pelo Papa Francisco, logo no início do seu pontificado, tendo como preocupação ouvir de toda a gente quais são os maiores desafios que a “instituição família” coloca à Igreja e à Sociedade. Para além de dois problemas que são a primeira razão da preocupação do Papa (como interpretar, à luz da teologia e da moral, a impossibilidade de poderem confessar-se e comungar pessoas que, tendo estado casadas pela Igreja, se tenham divorciado e recasado). Naturalmente que, para além destas questões, existem bastantes mais desafios que a nova organização da estrutura familiar dos tempos que vivemos colocam a toda a sociedade e que, no entender do Papa Francisco, devem ser analisados e merecer uma orientação pastoral da Igreja.

A Igreja é frequentemente é acusada de, muitas vezes, se assumir como uma espécie de “condomínio fechado”, preocupada apenas com os seus dogmas e muito a leste dos problemas concretos de pessoas e famílias, que gostariam de a ver como “mestra” (que tem doutrinas e princípios) mas também como “mãe”-e não madrasta-, na forma de se relacionar com o grande rebanho que é o Povo de Deus.

Este gesto é mais um sinal de grande esperança, para crentes e não crentes.

Que bom é termos o privilégio histórico de podermos contar, na liderança da Igreja Católica, com um HOMEM como o Papa Francisco. Que Deus o proteja dos “doutores da lei e dos falsos profetas” que, agora como no tempo de Jesus, lhe vão complicar a missão de “falar dos problemas dos homens a Deus”, sem deixar também de “falar de Deus (o Deus verdadeiro) aos homens”.

A implosão

1 - A derrota de António José Seguro nas primárias do PS bem pode ter o efeito colateral de, mais uma vez, congelar a discussão e as propostas para a reforma do sistema político.

Essas propostas constituíram um dos principais tópicos lançados para o debate pelo antigo Secretário Geral do PS, durante a campanha e apresentaram uma coerência global que deve ser realçada.

É certo que algumas delas, como a redução proposta do número de deputados à Assembleia da República ou a reforma do sistema eleitoral respectivo, mediante a criação de um círculo nacional, para assegurar o princípio da representação proporcional e a eleição de deputados de pequenos partidos, em combinação com a redução do número de deputados dos círculos distritais, não devem ser debatidas, com vista à sua alteração substancial, quando já se respira o ar eleitoral no País.

Mas poder riscar das listas o nome de candidatos a deputados que não mereçam o nosso voto ou permitir uma ordenação desses candidatos, diferente da proposta pelo estado-maior dos partidos, utilizando para isso o boletim de voto, seria uma higiene que não causaria alterações de tomo em relação ao modelo vigente – e permitiria aos eleitores, que somos nós, o gosto de riscar o que não nos interessa e de pôr por ordem as competências dos futuros pais da Pátria.

Sem sobressaltos para a doce tranquilidade dos donos do País.

Mas quero crer que os resultados das primárias permitirão manter tudo como estava, durante pelo menos mais quatro anos – embora com a abstenção a crescer e o desinteresse a alastrar.

É sintomática da vontade de afastar os fantasmas das reformas de António José Seguro a reacção de Ferro Rodrigues, novo líder parlamentar do PS, ao discurso do Presidente da República no 5 de Outubro – discurso que acompanha de perto o diagnóstico que António José Seguro vinha fazendo quanto ao grau de apodrecimento do sistema político e ao risco da sua implosão, como disse Cavaco Silva.

Já Ferro Rodrigues nos vem dizer



Foto: D.R.

qual é o pensamento oficial do PS sobre o tema: “O Presidente, tendo sido primeiro-ministro durante dez anos e sendo Presidente da República, devia também ter feito a sua própria autocrítica ... Portugal – continua Ferro Rodrigues – não teve até agora nenhuma crise de governabilidade, houve sempre soluções para formar governo, a crise que existe é de confiança determinada pelo que aconteceu depois da crise internacional.”

A crise é de confiança – e a sua causa é a crise internacional?

Alguém acredita nisso, mesmo a Direcção do PS?

Qual crise internacional...! O Presidente da República bem alertou, no seu discurso, que “os portugueses são dos povos da União Europeia que demonstram maiores níveis de insatisfação com o regime em que vivem”; e que na origem da desconfiança, estão, na verdade, “os efeitos de uma das mais graves crises que (Portugal) teve de enfrentar nas últimas décadas” – mas também as promessas incumpridas, que levaram à falta de confiança nas instituições”, passando pela necessidade de reforma do sistema político.

Ora, a crise internacional foi, como o próprio nome indica, internacional.

Mas a grande desilusão é bem

nossa.

E é fraco consolo vir agora, para afastar a lucidez do diagnóstico, arre-messar com os anos de Cavaco Silva como governante.

Não é desculpa para fechar os olhos hoje...

2 – O facto de este ano o 5 de Outubro ter coincido com o domingo fez com que parecesse um feriado à antiga - com a tribuna da Câmara de Lisboa ocupada com o friso das autoridades do Estado: Presidente da República, Vice-Presidente da Assembleia da República, Primeiro-Ministro, Presidente da Câmara de Lisboa (e certamente outros que a fotografia do jornal não inclui).

Até o Primeiro-Ministro, que despromoveu o 5 de Outubro à condição de uma data vulgar, foi honrar a proclamação da República, em 1910.

(Claro que António Costa já aproveitou para lembrar o restabelecimento dos feriados do 5 de Outubro e do 1º de Dezembro – medidas patrióticas, que saúdo, mas que lembram irresistivelmente as promessas de António José Seguro de revogar as principais medidas tomadas pelo actual Governo.)

A avaliação do estado da alma do País nos termos em que o fizeram António José Seguro e o Presidente

da República – e, de certo modo, vem fazendo, um pouco à margem dos poderes actuais, Rui Rio – tem conexões perturbadoras com o clima que levou à instauração da República e à abolição da Monarquia Constitucional.

Mas também as tem com a “Revolução” reaccionária do 28 de Maio de 1926, que acabou com a República Democrática e instaurou a Ditadura Militar.

Quer num caso, quer noutro, foi o apodrecimento progressivo da Situação que levou à sedição e à mudança violenta da ordem constitucional.

Quer nos últimos anos da Monarquia, quer nos últimos anos da República, os dois principais partidos rodavam à vez pelas cadeiras do Governo, ordenavam e faziam as apropriadas chapeladas eleitorais, mantinham as clientelas disseminadas pela Província ou empregavam os bacharéis e os amanuenses nas secretarias dos Ministérios...

E, como escrevia o Eça, nos Maias – agora a passar nos cinemas, num filme fracote -, na voz do Gouvarinho, então membro das Cortes, os Governos passavam as suas canseiras pedindo empréstimos, para pagar a dívida ao estrangeiro, assim aumentando de cada vez o défice.

Também então se aplicava a doutrina Sócrates, em seu tempo aplicada com escrupulo, sobre a dívida pública: não é para pagar, basta pagar os juros...

3 – Parece a situação que temos hoje.

O apodrecimento, o rotativismo, os negócios privados à sombra e à custa dos dinheiros públicos, as clientelas, as compatibilidades que deveriam ser incompatíveis – outra boa ideia de Seguro que vai à vida -, a falta de confiança no futuro e a falta de crédito nas promessas eleitorais, o Estado que é gordo e ineficaz quando é para proclamações de pura demagogia, mas que já serve quando é para financiar projectos inúteis ou fraudulentos: o clima está pronto para que alguém acenda o rasteiro.

O que vem a seguir, se for pelo fogo, será certamente pior do que esta “apagada e vil tristeza”.

Mas já não resta muito tempo para a “viradeira”.



Henrique Rodrigues
Presidente
do Centro Social de Ermesinde

OBRA SOCIAL DO SAGRADO CORAÇÃO DE MARIA, GUIMARÃES

Para que todos tenham vida e a tenham em abundância

É antiga a história da Obra Social do Sagrado Coração de Maria (OSSCM), mais antiga mesmo do que o meio século de existência estatutária que no corrente ano assinala. Foi ainda no século XIX que o Instituto do Sagrado Coração de Maria (IRSCM) se instalou em Portugal, mais concretamente na cidade do Porto, corria o ano de 1871. E isto 22 anos apenas depois da fundação do Instituto, pelo padre Gailhac, em França.

“A Obra Social no seu conjunto e à semelhança do que os fundadores fizeram, trabalhou sempre com a preocupação, por um lado, da vertente teológica e, por outro, quem quer amar a Deus e segui-Lo tem que fazer alguma coisa pelos outros, senão é uma conversa, como disse S. Tiago. Amar a Deus e tomá-Lo amado para que todos tenham vida e abundância, preferencialmente os mais pobres”, contextualiza a irmã Judite Maia, responsável máxima pela instituição em Guimarães, onde, após um período de fuga para Galiza, nos tempos da I República, a IRSCM se instalou no ano de 1932.

Inicialmente, o IRSCM abriu um Colégio feminino e um patronato para as crianças mais desfavorecidas. “As crianças passavam aqui o período em que não tinham escola e tomavam as refeições, para muitos o mais importante. Começámos por ter meninas e mais tarde meninos. O colégio para meninas que podiam pagar e o patronato para os que não podiam. E as colónias de férias, em regime de internato, em que cada criança passava pelo menos 15 dias na praia de Esposende”, conta a irmã Judite.

Em 1967, três anos sobre a lavra dos estatutos fundadores da OSSCM, data que agora se assinala, “verificou-se que havia estabelecimentos de ensino público suficientes e o IRSCM considerou que já não se justificava a existência do colégio, que fechou”, recorda a religiosa, acrescentando: “Isto numa altura em que o colégio estava no seu auge, mas como o Instituto achou que não era necessário, apesar da grande oposição das famílias, o colégio fechou e abriu uma residência para meninas que frequentavam o ensino público em Guimarães e eram de longe. Como fechou o colégio, a Obra Social expandiu-se e passou a ocupar as áreas do antigo colégio”.

A primeira resposta social dada pelo que entretanto viria a ser a OSSCM é a grande vitória da instituição, pois apesar de todos os ataques, ela sobrevive e continua em crescimento.

“Entre 1932 e 1967 era apenas as chamadas atividades de tempos livres, com alimentação e apoio ao estudo. Depois passou a haver o, dito agora, Pré-escolar



e o ATL para o 1º Ciclo alargou ainda mais. Em 1984 abriu-se o Pré-escolar para os 2 anos e o ATL até ao 3º Ciclo. Mas, mais tarde, com os problemas surgidos em torno do ATL e do aparecimento da resposta pública, o edifício do ATL do 1º Ciclo foi transformado em edifício de creche, dos 0 aos dois anos”, explica a irmã Judite, realçando o fenómeno de crescimento da valência ATL: “Continuámos com crianças do 1º Ciclo, mas em pontas, e com o ATL dos 2º e 3º Ciclos muito florescente. O ataque governamental aos ATL aqui não resultou e continua a não resultar, porque as famílias apesar de terem

muitas possibilidades, são muito exigentes sob o ponto de vista académico, e o ATL do 1º Ciclo voltou ao que era. Fomos um bocado rebeldes”.

Atualmente, a OSSCM, na Casa de Vila Pouca (Guimarães), acolhe em ATL (1º, 2º e 3º Ciclos), ao abrigo do Acordo de Cooperação, 240 crianças, “com uma procura incrível e crescente”, mais 84 em Creche e 150 em Pré-escolar. Já na Quinta da Armada (Braga), criada em 1971, a Obra Social tem a seu cargo o mesmo número de crianças em Creche e em Pré-escolar e ainda 100 em ATL.

E a presença da OSSCM não se cinge às duas maiores cidades minhotas, porque logo nos anos 1930 o IRSCM instalou-se ainda em Penafiel, Guarda, Viseu e Aveiro. Nos dias que correm, enquanto o IRSCM detém os colégios do Rosário, no Porto, e do Sagrado Coração de Maria, em Lisboa e em Fátima, o braço mais social da instituição, para além dos polos de Guimarães e Braga, promove ainda o Espaço Raiz, no Porto, e um Centro de Acolhimento Temporário (CAT), em Portalegre.

“Em 2002, o Colégio do Rosário candidatou-se ao Programa Escolha para também



desenvolver esta vertente social, para que os próprios alunos do colégio pudessem trabalhar esta vertente e ficassem sensibilizados para esta perspetiva. Ganhou o concurso e começaram os colaboradores e os alunos do colégio a fazer voluntariado junto dos jovens de Ramalde, de início num espaço muito pequeno. Periodicamente havia novas candidaturas, ou as chamadas Gerações, a que nos apresentámos sempre e que foram sendo sempre renovadas, até que em 2013 pensámos em criar uma estrutura onde pudessemos ter mais espaço, trabalhar com mais qualidade e onde os colaboradores do Colégio do Rosário pudessem trabalhar com mais condições e as próprias, crianças, jovens e famílias do Bairro de Ramalde fossem acolhidos de outra forma”, conta a irmã Conceição Pereira, responsável pelo equipamento da Quinta da Armada, resumindo o que se seguiu: “O espaço já existia na Junta de Freguesia de Ramalde, fizeram-se obras e o espaço foi todo remodelado. No ano passado foi inaugurado e todo o apoio foi transferido para este Espaço Raiz, ou seja, um Centro Comunitário de Ramalde. É um espaço por onde passam cerca de 150 crianças e jovens nos diversos dias da semana e são apoiadas perto de 100 famílias. E ainda tem a vertente de atividades para os idosos, com um Centro de Dia”.

Já sobre o CAT de Portalegre, a irmã Conceição, uma estudiosa da história do IRSCM, explica; “As religiosas foram para Portalegre em 1950 onde trabalharam a vertente social e a saúde. Depois abrimos um

Colégio que, entretanto, fechou, mantendo-se uma residência para jovens estudantes que iam para o Politécnico. Em 1999 houve um decréscimo de procura das alunas e foi um ano em que estávamos a celebrar os 150 anos da fundação do IRSCM. Então, as irmãs quiseram ter um gesto simbólico representativo desse aniversário e juntamente com a Segurança Social de Portalegre equacionámos qual a necessidade e abrimos o CAT. Neste momento já passaram por lá cerca de 100 crianças, num equipamento com capacidade para 24 crianças, dos 0 aos 12 anos”.

No seu conjunto, a OSSCM tem 128 colaboradores, sendo que 35 são religiosas.

No ADN da OSSCM está o serviço a Deus e aos mais desfavorecidos, como sublinha a irmã Judite acerca do trabalho desenvolvido na instituição.

“É um privilégio dar prioridade àqueles que têm necessidades educativas especiais e aos mais desfavorecidos. Hoje, felizmente, vivemos numa sociedade mista e aqui todas as atividades extra-curriculares são universais e gratuitas. Ou são para todos ou não são para ninguém”, destaca, lembrando o lema da casa: “Para que todos tenham vida e a tenham em abundância”.

Ora, nos dias que correm dar prioridade aos mais desfavorecidos acarreta constrangimentos financeiros incontornáveis.

“Neste momento, a grande dificuldade da Obra Social é mesmo a questão económica, com as famílias a depararem-se com o desemprego e os cortes de rendimento...

Como coordenadoras dos equipamentos temos sentido um decréscimo muito grande da participação das famílias e, depois, são as mesmas crianças, os mesmos colaboradores e o mesmo Acordo de Cooperação. Já tivemos que reduzir muitas mensalidades e temos muitos pedidos para fazer mais”, sustenta a irmã Conceição, ao que a irmã Judite acrescenta: “Temos pedidos diários para baixar mensalidades ou para deixarem de pagar e, neste momento, temos cerca de uma centena de crianças com mensalidade zero aqui. E nós, por enquanto, como temos o suporte do IRSCM, vamo-nos podendo dar ao luxo de poder aceitar”.

Esta é uma ideia reforçada pela irmã Conceição: “Se não fosse a entidade fundadora não fíamos a lado nenhum. O Instituto é que tem assegurado muito do que fazemos, pois sempre que é necessário fazer obras nos equipamentos, assume-as na íntegra, tal como quando há despesas extra. A Obra Social é muito acarinhada pelo Instituto”.

Por isso é que, “projetos futuros não são nada ambiciosos, nem podem ser”, afirma a irmã Judite, dizendo que “são sempre prestar um serviço cada vez com mais qualidade”.

“O nosso grande sonho continua a ser construirmos um corpo de adultos unido para que as crianças possam também sentir-se amadas e com estabilidade neste mundo de tremenda instabilidade”, defende a irmã Judite.

Por seu turno, reforçando esta ideia, a irmã Conceição vai um pouco mais longe: “Em Braga, os projetos, desejos ou anseios

preendem-se, essencialmente, com duas áreas: olhando à atual crise de valores, e como diz o sociólogo Bauman que estamos numa sociedade líquida em que não há tempo para solidificar os valores, penso que o desafio passa por trabalharmos no sentido que as crianças tenham consistência nos próprios valores, prestando um serviço de qualidade para que elas possam refletir sobre o que se vai passando e não viver cada momento em mais um momento, não assimilando os valores que queremos passar com a nossa ação; um outro aspeto, é sermos realistas e mantermos os pés na terra e, se aparentemente pode parecer que não estamos a dar uma resposta social, na verdade estamos ao manter postos de trabalho. Os pais ao colocarem os filhos nos vários equipamentos porque confiam muito nos serviços e nos recursos humanos da Obra Social”.

Quando se instalou em Guimarães, em 1932, a instituição fê-lo num palacete dos Condes de Vila Pouca de Aguiar. O edifício é monumental, está muito bem conservado e permite ainda um mergulho na história. Quis o designio que, sem herdeiros diretos, o Conde de Vila Pouca deixasse o solar a um sobrinho, que acabaria por o perder ao jogo. Em leilão, o IRSCM ficou com ele. E na verdade, não apenas o edifício, mas toda a envolvente se preta a que os homens e as mulheres de amanhã tenham um crescimento muito harmonioso, como o são os jardins e demais áreas adjacentes ao edifício-sede.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)

PEDAGOGIA EM PROJETO

Na OSSCM segue-se o Modelo High/Scope, que surgiu em 1960 nos Estados Unidos e destinava-se a crianças com necessidades educativas especiais, sendo depois alargado a outras crianças. Como explica a irmã Judite, educadora de infância de formação inicial: “O modelo baseia-se na pedagogia

ativa em que se defende que não se ensina nada a ninguém, mas cada criança e cada pessoa aprende a partir da experiência. Adota princípios da pedagogia ativa, colocando a criança em circunstâncias que a levam a querer aprender e a querer investigar. Os pilares essenciais da pedagogia high/

scope são criar à criança uma rotina estável, organizar o espaço e o tempo e promover a interação entre os pares e entre os pares e os adultos. Isto é complementado pela pedagogia do projeto, sabendo-se que há projetos essenciais para cada nível etário na idade do pré-escolar. E há três projetos

que são desenvolvidos em cada nível etário. E a pedagogia em projeto também é investigação, que pode partir da criança ou ser provocado pelo educador. Nunca é um saber imposto, mas é induzido. Obviamente, eles aprendem brincando, pois todas as atividades têm que ter um carácter lúdico”.

TRIVALOR

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA IPSS



O Grupo Trivalor, composto por 14 empresas, está vocacionado para fazer o melhor pela sua IPSS.

Melhore a qualidade dos seus serviços, reduza e controle os seus custos recorrendo ao nosso vasto leque de soluções.

RESTAURAÇÃO SOCIAL E PÚBLICA . EMISSÃO DE TICKETS DE SERVIÇO . SEGURANÇA . LIMPEZAS . MANUTENÇÃO VENDING . FORNECIMENTO DE BENS ALIMENTARES E NÃO ALIMENTARES . GESTÃO INTEGRADA DE SERVIÇOS



AV. INFANTE SANTO, 21 A - 1350-177 LISBOA
 TELEF: 21 042 00 05 / 21 042 08 08
 FAX: 21 042 00 98 / 21 424 94 88
 E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT



CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE URBANISMO, SINTRA

Urbanizar sem esquecer a pobreza

A habitação nos centros históricos, a organização do território e a pobreza são algumas das questões a incluir na Carta de Sintra, com as conclusões do XVI Congresso Ibero-americano de Urbanismo. “É importante manter a habitação nos centros históricos, não despovoar os bairros, não ter bairros monofuncionais, de terciário, mortos, que passam a ser espaços algo sinistros à noite, sem vida e abandonados”, salientou Sidónio Pardal, presidente da comissão científica do congresso, no resumo das principais intervenções.

Esta é uma das preocupações a incluir na Carta de Sintra, documento com as principais conclusões do congresso, que deve ficar pronta dentro de “dois meses”, após reunir os contributos das duas centenas de participantes da América latina, Angola, Espanha e Portugal.

Entre as intervenções dos urbanistas da América latina destacou-se uma questão que Sidónio Pardal também encontra na Europa, onde existem inúmeras “bolsas de pobreza”, com “expansões urbanas descontroladas”. “Nunca será demais nós, os urbanistas,

trabalharmos e pensarmos sobre como é que devemos abordar e fazer planos que sejam ajudas diretas, de solidariedade, às pessoas vivas que estão no mundo em dificuldades”, defendeu o professor da Universidade de Lisboa. “O urbanismo não pode ser uma burocracia fria e sem coração, tomado de assalto pelos regulamentos jurídico-administrativos”, reforçou o urbanista e arquiteto paisagista, acrescentando que “o urbanismo é uma prática profundamente humanista” e os profissionais devem ser como os médicos, aplicando o seu código de ética e a sua deontologia.

Para Sidónio Pardal, o urbanismo deve aproveitar mais de uma abordagem económica, seja na forma como o agricultor deve saber vender os seus produtos para sobreviver ou no elevado preço dos solos nas cidades que impede a reabilitação urbana. Posto isto, o turismo “é uma atividade económica como as outras e com os mesmos riscos” derivados das incertezas do mercado, venceu.

A importância da distinção entre o que são paisagens singulares e excecionais, a necessidade de cuidar da imagem dos bairros, a formação dos urbanistas e os cuidados com



FOTOS: D.R.

o ordenamento do território foram também temas abordados no congresso.

A questão da ocupação do litoral mereceu igualmente destaque, com Sidónio Pardal a sublinhar que esta área deve ter uma abordagem “casuística”, em vez de planos gerais que não servem os interesses das populações, e apesar de nem todos concordarem com as críticas aos planos de ordenamento

da orla costeira.

O congresso, promovido pela Associação dos Urbanistas Portugueses, Associação Espanhola de Técnicos Urbanistas e Federação Ibero-americana de Urbanistas, realiza-se bianualmente desde 1984. O próximo encontro deverá ter lugar dentro de dois anos, em Lima (Perú), após ser ratificada a candidatura apresentada à organização.



19
ANOS

JUNTO DAS:

Instituições Particulares Solidariedade Social
Santas Casas da Misericórdia
Associações Mutualistas

APLICAÇÕES

TSR - CONTABILIDADE ESNL

TSR - UTENTES IPSS

TSR - IMOBILIZADO ESNL

TSR - PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA Módulo de Receitas, Meios Complementares de Diagnóstico.

TSR - LANÇAMENTOS AUTOMÁTICOS

TSR - SISTEMA INTEGRADO DE TESOURARIA

TSR - Utentes, TSR - Bancos, TSR - Associados, TSR - Rendas, TSR - Caixas e Pagamentos a Fornecedores.

TSR - QUALIDADE Terceira Idade, Infância e Juventude, Apoio na Vida Quotidiana.

TSR - ORDENADOS

TSR - STOCKS Por economatos, cozinhas IPSS.

TSR - UNIDADES DE SAÚDE Unidades de Cuidados Continuados, Hospitais, Clínicas, Fisioterapia, Imagiologia, etc.

TSR - PROCESSOS CLÍNICOS

TSR - CONTROLO DE MEDICAÇÃO

TSR - VIATURAS

TSR - ASSOCIADOS/IRMÃOS IPSS

TSR - CONTROLO DE CORRESPONDÊNCIA

TSR - GESTÃO COMERCIAL

TSR - MÓDULO DE ORÇAMENTOS

**DEIXE A INFORMÁTICA CONNOSCO!
AS PESSOAS PRECISAM DE SI!**

- DEMONSTRAÇÕES GRATUITAS
- INSTALAÇÃO E FORMAÇÃO nas vossas instalações.
- ASSISTÊNCIA TELEFÓNICA GRATUITA

- CLIENTES 100% SATISFEITOS
- SOLUÇÕES DE ELEVADA PERFORMANCE
- 6500 APLICAÇÕES EM FUNCIONAMENTO
- 800 INSTITUIÇÕES

Rua dos Cutileiros, 2684 1º - Sala 11
4836-908 Guimarães
Tlf.: [+351] 253 408 326 (3L/BA)
Tlm.: [+351] 939 729 729
Fax: [+351] 253 408 328
Email: tsr@tsr.pt



ENGENHO – ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL DO VALE DO ESTE, V.N. FAMILICÃO

Lar só abre com Acordo de Cooperação

“A Engenho só abrirá o novo Lar com os Acordos de Cooperação que foram prometidos efetivados e levo até ao fim a minha capacidade de concertação e diplomacia” assevera Manuel Araújo, presidente da Engenho – Associação de Desenvolvimento Local do Vale do Este, sediada em Arnos (Santa Maria), concelho de Vila Nova de Famalicão, formulando um desejo em ano de celebrar duas décadas de vida: “A melhor prenda que a Engenho podia ter nestes 20 anos era os Acordos de Cooperação para o Lar”.

O Lar «A Minha Casa», que está praticamente pronto a entrar em funcionamento, tem uma capacidade para 55 camas, indo ainda potenciar o SAD em mais meia centena de utentes. E para a Direção da instituição não é exequível colocar em cheque a situação financeira da mesma.

“O ideal seria Acordo de Cooperação para a totalidade das vagas, e acredito que não seja fácil, mas ao menos que me garantam que os mesmos serão celebrados à medida que a lotação do Lar for progredindo. Só quero pôr ao serviço da população um equipamento que todos reconheceram ser necessário. Isto não foi uma invenção nossa. O lar é para servir um terço do concelho de Famalicão, cerca de 13 freguesias”, argumenta, reforçando: “A existência dos Acordos é a condição imprescindível para assegurar a sustentabilidade económico-financeira e funcional do próprio Lar. Acontece que dos 30 ou 40 idosos que neste momento temos em lista de espera, e que na maioria são pessoas empobrecidas, a comparticipação que possam ter, envolvendo a própria família, anda em média nos 300/350 euros. Ora, o custo de um utente na Engenho anda na ordem dos 800 euros. Há que encontrar aqui condições de sustentabilidade e isso passa pela existência dos protocolos. Foram criadas expectativas, todo o processo avançou com essa garantia”.

Constituindo o maior investimento da instituição ao cabo de 20 anos, o Lar “é uma resposta social prioritária para responder a toda esta população da zona norte do concelho de Famalicão e é o seu maior equipamento social”, sustenta Manuel Araújo, avançando com mais argumentos em favor dos Acordos: “O Lar foi equacionado para dar resposta a uma necessidade devidamente justificada pela Rede Social do concelho e pela própria Segurança Social. E sendo objeto de candidatura ao POPH, reconheceram a necessidade desse mesmo Lar. Apesar de ser financiado pelo POPH, na ordem dos 75%, a Engenho para assegurar a parte



que lhe diz respeito teve que recorrer a um empréstimo bancário. Em termos de custo, a obra andou na ordem de 1,7 milhões de euros”.

Para fazer face à parte que lhe cabia, a Engenho recorreu a um crédito bonificado, de 500 mil euros, que é a grande aflição dos dirigentes.

“No próximo mês de novembro começamos a pagar o empréstimo, o que implica liquidez e, recorde, os estudos foram feitos a contar com os Acordos. Quando a candidatura foi aprovada, a par dos projetos físicos, fez-se também o estudo de viabilidade económico-financeira. Esse estudo teve em conta, o que é natural, a existência de Acordos de Cooperação. Este é o assunto relevante, até pela necessidade que temos em resolver este problema. Há mais de um ano que me tenho desdobrado em reuniões com todos aqueles que possam resolver este problema”, sustenta, mostrando proatividade: “Já manifestei junto da CNIS para que diligencie junto do Governo e da comissão tripartida responsável por este crédito bonificado, para que o período de carência seja aumentado ou que o prazo de pagamento seja dilatado. A CNIS compreende e tem feito tudo ao seu alcance para que isto seja resolvido”.

Para já, “a situação económico-financeira da Engenho está controlada, dentro das limitações e condicionamentos”, assegura, mas demonstra preocupação: “Em termos orçamentais, a sogá, como se diz no campo, é



sempre curta. A situação está controlada, mas a grande preocupação resulta do novo Lar”.

Apesar de tudo, Manuel Araújo diz-se otimista e espera que os decisores políticos cumpram o que dizem “em belos discursos”.

“Tenho uma perspetiva positiva da vida e acredito que os políticos tenham para com as IPSS algumas atitudes de coerência entre o que dizem e o que fazem. Há expectativas criadas e para mim é crime ter um Lar prestes a entrar em funcionamento e equipado e ter conhecimento que há 30 ou 40 idosos que precisavam de o frequentar mas não podem”, afirma, deixando uma sugestão ao Estado: “A valência Lar, pelas suas características,

deveria ser objeto de contratualização que envolvesse a Segurança Social e o Ministério da Saúde. Para o apoio às IPSS tem que haver políticas de priorização e estas questões sociais são prioritárias, tem que haver maior sensibilidade, o discurso tem que ser coerente com a prática e estou farto de discursos bonitos que por vezes não se traduzem na prática”.

E lembra que “em instituições como a Engenho a questão da sustentabilidade não pode ser vista de uma perspetiva meramente economicista, utilizando simplesmente as práticas contabilísticas”, sublinhando: “Não somos uma unidade de produção, não somos



fábricas, trabalhamos com pessoas e para as pessoas, daí que os custos e os benefícios não podem ser traduzidos numa simples folha de excel”.

Para o presidente da Engenho, “num momento em que é recorrente falar em sustentabilidade das IPSS, a forma como a Engenho surgiu teve sempre subjacente a necessidade de as organizações serem sustentáveis”, recordando: “Já naquela altura e agora mais do que nunca, é importante que as IPSS, como organizações da Economia Social, prestem serviços públicos, não tendo uma perspetiva lucrativa, nem comercial”.

Olhando o passado, Manuel Araújo recorda o que motivou o grupo de pessoas que em maio de 1994 fundou a Engenho.

“Surge de um pacto, de um compromisso concebido e firmado entre autarcas, presidentes de juntas de Freguesia, dirigentes associativos, atores locais e cidadãos de boa-vontade. Estamos num território com reminiscências rurais, periférico e isolado e logo nessa altura tínhamos consciência dos problemas de natureza social e cultural que tínhamos numa prática de cidadania que resolver. A Engenho surgiu dando, de forma gradual, respostas sociais a comunidades locais da zona norte do município de Vila Nova de Famalicão, concretamente,

Amoso (Santa Maria), Amoso (Santa Eulália), Lemenhe, Jesufrei e Sezures. Num momento em que é recorrente os políticos e os homens da concertação social apelarem a pactos, a Engenho, há 20 anos, concebeu e edificou todo este projeto com base num compromisso consentido e partilhado, numa lógica de promoção e defesa do bem comum, numa lógica de garantir a coesão social, pois nesta altura estas comunidades não tinham qualquer tipo de resposta social”, destaca, prosseguindo: “Soubemos desde esse momento e porque conhecíamos muito bem as realidades e os contextos locais, que existiam problemas de natureza social, situações de exclusão social, desemprego, falta de apoio à infância e aos idosos. E houve um aspeto que nos favoreceu muito, que é o forte sentido da boa vizinhança”.

Em ano de celebração de duas décadas de vida da Engenho, Manuel Araújo faz um balanço “muito positivo” e explica porquê: “Um balanço que deve ser motivo de orgulho para todos os membros desta instituição, população e parceiros. Nunca nos desviámos do caminho que traçámos e temos vivido estes 20 anos de forma apaixonada, numa lógica de cidadania ativa, baseada em princípios como a solidariedade, a justiça social, a defesa e promoção do bem comum, uma

cidadania que é nossa mas que também queremos que sejam dos outros. Tem sido um serviço de qualidade. Dizem os parceiros que a Engenho é exemplar e paradigmática do movimento associativo”.

Numa fase decisiva da sua vida, a Engenho “fecha um ciclo com a abertura do Lar, porque as respostas passam a estar ajustadas às necessidades”, para além de que, na opinião de Manuel Araújo, “em termos sociais, toda a zona norte do município fica bem ancorada com a Engenho”.

Perspetivando o futuro, aproveitar o que a região tem de bom e potenciá-lo é o objetivo, tendo as pessoas na mira.

“A Engenho pretende aproveitar o próximo QCA para potenciar os recursos endógenos desta região, como a criação de um museu da terra ou, se quiser, o Museu da Comunidade, mas em especial potenciar as pessoas, pois também somos uma entidade formadora”.

Com uma equipa de 62 funcionários, a Engenho oferece as seguintes respostas sociais: Creche (62 bebés), Pré-escolar (50 petizes), ATL (56 crianças), Centro de Dia (20 utentes), SAD (45 idosos) e ERI (15 idosos). Para além disto, ainda detém um SAAS - Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, onde atende 1310 utentes e 466 agregados familiares, uma Cantina Social que

serve 65 refeições/dia, apoiando ainda 987 pessoas inscritas no Gabinete de Inserção Profissional.

A terminar a conversa com o SOLIDARIEDADE, o presidente da Engenho deixa um recado para o Terreiro do Paço: “O Estado deveria ser mais generoso para com as IPSS. Num momento em que se fala muito da importância do Estado Social, as IPSS são o lastro desse Estado Social e, no momento de crise que se vive, a verdadeira almofada social que as comunidades locais encontram. São portos de abrigo, são lugares de ancoragem... Depois, o Estado, de uma vez por todas, deve olhar para as IPSS de forma diferente, mais atenta. Tem obrigação de conhecer as realidades locais, os políticos passam demasiado tempo nos gabinetes do Terreiro do Paço e as questões locais, as suas problemáticas e a procura de soluções são aspetos que os políticos não têm perceção suficiente para os saber interpretar e equacionar. Relativamente às IPSS, dada a natureza pública do serviço que prestam, e serviços de primeira necessidade, e no que diz respeito aos Acordos de Cooperação, para além de uma atualização sistemática, deveria haver uma diferenciação positiva”.

40 anos a servir as instituições de solidariedade social.

Somos especialistas na compra, venda e distribuição de uma gama completa de produtos alimentares e não alimentares, que lhe permite abastecer-se integralmente com um único fornecedor.

Adicionalmente, e caso necessite, ajudamo-lo a gerir as suas ementas:

- **Ementas validadas por nutricionistas;**
- **Capitações adequadas;**
- **Soluções económicas;**
- **Sugestão de encomenda com base na ementa;**
- **Estime e controle os seus custos.**

Acabe com a dificuldade em criar ementas variadas e equilibradas, simplifique o processo de encomenda, de recepção de mercadorias, e de gestão de facturas e pagamentos. A nossa frota, com dezenas de viaturas, assegura a distribuição a milhares de clientes em todo o território Nacional.

A nossa missão é ajudá-lo na sua missão de chegar a quem precisa.



TEMOS A
SOLUÇÃO PARA SI
CONTACTE-NOS

NORTE: 220 406 990 / 911 047 280
SUL: 210 420 000 / 916 185 205
www.sogenave.pt





A longa espera pelo bom tempo...

Ficha Técnica

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua Júlio Dinis, 931-3.º Esquerdo - 4050-327 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 59 32 **Fax:** 22 600 17 74 - **e-mail:** jornal.solidariedade@gmail.com **Director:** Padre Lino Maia
Editor: V.M. Pinto **Redacção:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira, Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva e Padre José Maia
Paginação: Carmo Oliveira - **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia
Tiragem: 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

NOVAS REGRAS

Amas com vínculo à Segurança Social poderão ser contratadas por IPSS

Para acabar com um vazio legal de vários anos, a Assembleia da República aprovou uma autorização legislativa para que o Governo defina os termos e as condições do acesso à profissão de ama e do exercício da respectiva atividade. A proposta foi aprovada com os votos favoráveis da maioria PSD/CDS-PP e os votos contra do PS, PCP, BE e PEV.

A proposta do Governo prevê que as amas sejam obrigadas a ter formação inicial e contínua, só podendo exercer a actividade com autorização do Instituto da Segurança Social. As amas deixam, assim, de ter vínculo contratual com o ISS, passando a ser trabalhadoras independentes. Em comunicado, o Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social (MSESS) dá conta que o "Governo vai criar uma nova profissão" ao regular a atividade de ama, que "deixa de estar obrigatoriamente abrangida pelo regime de Segurança Social dos Trabalhadores Independentes".

Quem estiver interessado em aceder à actividade de ama tem de frequentar, "com aproveitamento", um curso de formação inicial, excepção feita para quem prove "ter experiência no cuidado de crianças há, pelo menos, um ano" ou tenha formação de educadora de infância ou puericultura. "Determinou-se igualmente um prazo para as amas, com licença válida, ao abrigo do atual regime jurídico, requererem ao ISS a emissão da respetiva autorização para o exercício da atividade", diz o ministério, não especificando o prazo.

Além desta formação inicial, é exigido que todos os profissionais tenham formação de cinco em cinco anos. Quem exercer a actividade sem autorização da Segurança Social fica sujeito a coimas que podem variar entre os 935 euros e os 3.740 euros. Como critérios para desempenhar a actividade, o Governo estabeleceu, entre outros, que a pessoa tenha 21 ou mais anos, a escolaridade obrigatória, estabilidade sociofamiliar e demonstre "capacidade afectiva, equilíbrio emocional e motivação para ser ama".

Para exercer a profissão, a ama tem ainda de ter uma habitação com "condições de higiene e de segurança

adequadas" e "espaços autonomizáveis que possibilitem a realização de actividades lúdicas e o descanso das crianças", segundo as respectivas idades.

O número de crianças a fixar por ama é determinado em função das condições pessoais, familiares e habitacionais da ama, mas não pode exceder o limite de quatro crianças. Não pode ser acolhida, em simultâneo, mais do que uma criança com deficiência.

Na discussão no Parlamento, o ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social anunciou que as amas que actualmente têm ligação à Segurança Social poderão vir a ser contratadas pelas Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS).

O ministro anunciou que a actividade de ama poderá vir a ser desenvolvida ou por contrato directo com a família ou através de contrato com uma "entidade enquadradora". "Essas entidades devem ser não o Estado, mas sim as instituições sociais, que são quem já hoje dá uma resposta aos anseios das famílias, através das respostas de creche, e que poderão alargar a sua oferta de serviços às famílias", disse Pedro Mota Soares. De seguida, o ministro justificou que a opção pelas IPSS tem que ver com o facto de estas instituições terem "capacidade de proximidade aos problemas e às famílias". "Coisas para as quais o Estado não tem nem capacidade nem vocação", defendeu Mota Soares.

Na sua intervenção, o ministro sublinhou que a proposta do Governo surge para regular uma profissão que já existe, "criando novos postos de trabalho" e dando mais soluções às famílias. O ministro aproveitou também para sublinhar que esta é uma medida que se enquadra no trabalho deste Governo para encontrar respostas para as famílias que querem ter filhos ou querem ter mais filhos, dando-lhes soluções que conciliem a vida profissional com a familiar. Nesse sentido, lembrou que, em três anos, o Governo conseguiu criar mais 17 mil vagas em creches.

A proposta do Governo foi duramente criticada pelos partidos da oposição, nomeadamente pelo PCP, que tinha

também uma proposta sobre a mesma matéria.

A Associação dos Profissionais do Regime de Amas (Apra), que aglomera cerca de 700 amas vinculadas à Segurança Social, já contestou a nova legislação, apesar de ter tido a iniciativa de pedir um novo enquadramento legislativo para a profissão. Ao jornal Público Romana Sousa, da Apra, esclareceu que "o nosso objectivo era terminar com os recibos verdes, porque as nossas amas trabalharam durante décadas sempre para a mesma entidade e nunca deixaram de

passar recibos verdes. Infelizmente, o que o Governo decidiu fazer foi eternizar os recibos verdes, com o objectivo de privatizar um serviço que até agora é apoiado pela Segurança Social".

A presidente da APAR sustenta que a Segurança Social já não está a encaminhar crianças para as amas com quem trabalhou durante várias décadas. "Dizem que não há crianças, mas é mentira. O que eles estão é a preparar já o terreno para daqui a um ano poderem dispensar estas amas, entregando tudo ao mercado", conclui Romana Sousa.

Soluções específicas em Lavandarias Profissionais para IPSS.



Agente Especializado:

milplus
EQUIPAMENTOS HOSPITALARES
E MÁQUINAS INDUSTRIAIS, LDA

Apartado 2011 . 4200-001 Porto
Tm: 934 091 417 . Fax. 225 401 284
info@milplus.pt
www.milplus.pt

Miele
PROFESSIONAL